

AMAZÔNIA 21

APDR 0102

SEXTA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 1997

NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

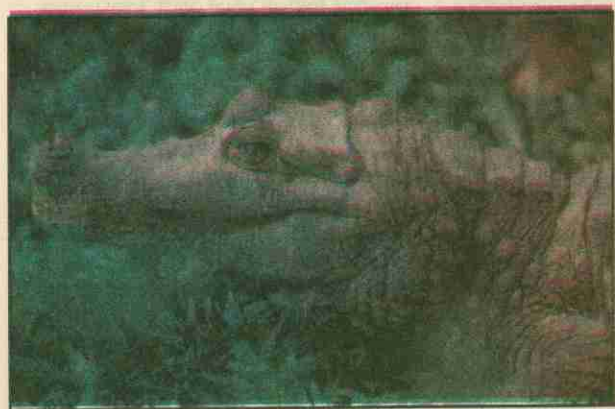


Foto: Alberto Araújo

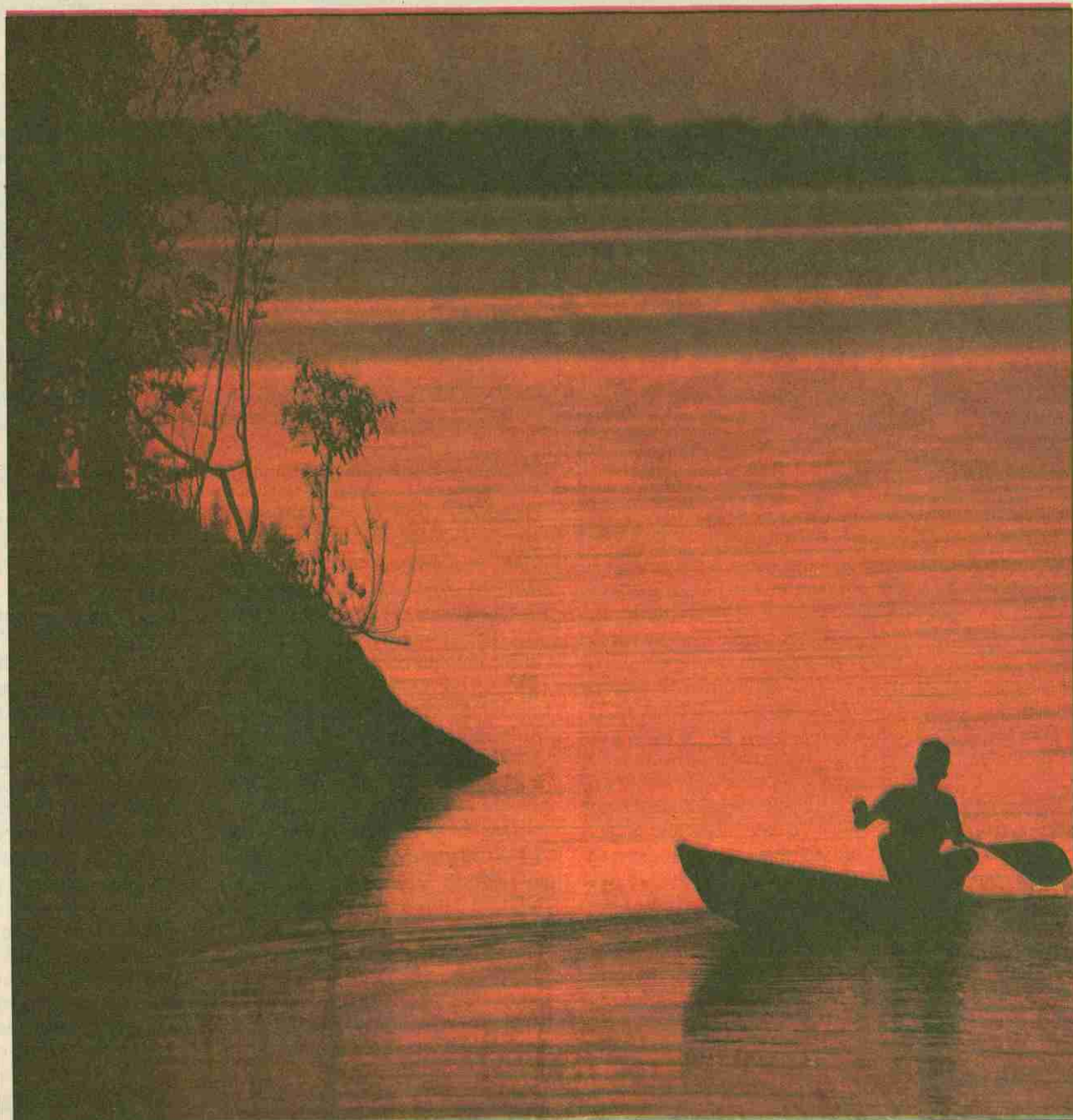


Foto: Simone B. Mateos



UMA NOVA VISÃO DE DESENVOLVIMENTO

Futuro da região passa pelo extrativismo sustentável, pela indústria baseada na biotecnologia, pelo ecoturismo e pelo manejo de florestas. Para a exploração da Amazônia, o governo se vale do macrozoneamento da região e dos projetos patrocinados pelos países ricos, no âmbito do Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais (PPG7)

Regina Scharf, de Brasília

“Sou contra as grandes fazendas de gado na Amazônia, não porque a floresta pareça mais bonita. As grandes derrubadas devem ser evitadas por motivos econômicos. A fertilidade do solo tropical desmatado se esgota rapidamente”. Esse alerta, que hoje poderia ser ouvido da boca de qualquer técnico graduado do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMA), foi feito em outubro de 1971, numa edição especial da revista Realidade, pelo ecologista alemão Wilhelm Brinkmann, que trabalhava no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa).

Era o auge da política de integração da Amazônia. Prevalcia a lógica de que o desmatamento garantiria a posse da terra e incentivos do governo. Na época, estavam sendo abertos 12 mil quilômetros de rodovias, inclusive a Transamazônica. Nos quatro anos que encerraram a década de 60, pelo menos 300 fazendas de gado, algumas do tamanho de países europeus, foram abertas na região.

Nas duas décadas e meia que transcorreram desde então, a ocupação da Amazônia apenas confirmou as teses de Brinkmann: nada mais anti-econômico do que a importação de modelos do Centro-Sul, como a pecuária extensiva e a monocultura. Desde então, o modo de ocupação pouco mudou, o solo amazônico empobreceu, os rios ficaram assoreados e a área desmatada se multiplicou. Desde junho o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), apreendeu na região um volume recorde de 530 mil metros cúbicos de madeira ilegal - índice dubbio, de melhor fiscalização ou de crescimento da criminalidade.

Diante de fatos tão concretos, a postura oficial do governo deu uma nítida guinada. “Na época do Brasil Potência, do desbravamento, queria-se levar homens sem terra para uma terra sem homens”, filosofa Gustavo Krause, titular do MMA. “Esta visão integracionista batia de frente com a sustentabilidade. Hoje, sabemos que a Amazônia deve ser explorada conforme sua vocação”.

Para tanto, Krause propõe que se desista do ritmo de crescimento do Centro-Sul e que se dê voz às populações tradicionais, “cuja diversidade cultural é um verdadeiro patrimônio econômico”. O futuro da região passaria, então, pelo extrativismo sustentável, pela indústria baseada na biotecnologia, pelo ecoturismo e pelo manejo de florestas.

Para o presidente do Ibama, Eduardo Martins, de todas essas propostas, a mais promissora é o

manejo florestal. Ele considera a biotecnologia e o ecoturismo supervalorizados, porque dependem de uma infra-estrutura enorme. Martins propõe, também, que o País aprenda a conviver com os 18 milhões de hectares já desmatados, aumentando sua produtividade, com a condição de que os grãos e as pastagens se atenham à área já devastada.

“O certo é que, para crescer, a Amazônia não precisa nem de marketing: ela é o segundo nome mais presente na cabeça das pessoas, depois da Coca-Cola”, garante José Seixas Lourenço, secretário de Coordenação da Amazônia. No horizonte, ele vê pacotes turísticos que incluirão tanto a ilha do Marajó quanto a Patagônia, e supermercados onde se poderá comprar sabonete de juruá. “Se o Vic Vaporub, um misto de

parafina e eucalipto, vende US\$ 500 milhões por ano, porque não esperar o mesmo da copaíba, mais eficiente porém jamais incentivada pelo poder público?”, pergunta Seixas Lourenço.

Um dos melhores exemplos desse novo espírito é a comunidade de Ponta de Pedras, na ilha do Marajó (PA). Com o apoio da Universidade Federal do Pará, ela está produzindo 3.500 encostos

para a cabeça para a Mercedes Benz por mês. A novidade é que o recheio é composto por fibras de coco, normalmente descartadas.

Nessa nova filosofia também cabe uma inversão drástica nos ei-

A Amazônia Legal hoje

- A Grande Amazônia (com 7,8 milhões de quilômetros quadrados) ocupa 1/20 da superfície do planeta, bem como 1/5 da água potável e 1/3 das florestas tropicais. Calcula-se que ela detenha metade dos seres vivos existentes, incluindo mais de 60 mil espécies vegetais, 2,5 milhões de espécies de artrópodos, mais

de 2 mil espécies de peixes e pelo menos 300 espécies de mamíferos.

- Cerca de 60% de sua área constituem a Amazônia Legal brasileira. O restante está dividido entre Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana Francesa, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.
- Calcula-se que cerca

de 50 milhões de hectares da Amazônia Legal - 12% da floresta - já foram devastados. Desse total, 18 milhões de hectares estão completamente sem uso. O Ibama dispõe de apenas 280 fiscais para cobrir toda a região.

- Cerca de 20 milhões de pessoas vivem na região, inclusive 204 mil

índios, pertencentes a 163 povos - o equivalente a 60% da população indígena do Brasil.

- O rio Amazonas lança no Oceano Atlântico, a cada segundo, cerca de 175 milhões de litros de água, o que corresponde a 20% da vazão conjunta de todos os rios da Terra.

A difícil articulação do governo

Se os órgãos ambientais federais já pregam a cartilha do desenvolvimento sustentável para a Amazônia, tal convicção é menos clara em outros setores governamentais. “A proposta da área ambiental do governo é de consenso e concordamos com ela”, comenta Fábio Vaz Lima, secretário-executivo do Grupo de Trabalho da Amazônia, que congrega 355 ONGs que atuam na região. “O problema é que a visão de Gustavo Krause e Eduardo Martins é marginal dentro do governo e o tema é marginal na sociedade”. Vaz Lima afirma que

toda a pesquisa científica, bem como as linhas de crédito, é voltada para a agricultura. “O único momento em que houve uma política de governo voltada para a floresta foi o ciclo da borracha, quando foram criadas várias linhas de crédito específicas”.

“O grau de integração entre os vários órgãos cresceu muito, mas ainda há contradições entre as políticas ambiental e fundiária”, avalia Eduardo Martins, presidente do Ibama. “Houve avanços, graças às novas regras do Imposto Territorial Rural, que equipara a floresta nati-

va a uma unidade produtiva, mas esse entendimento vai demorar para chegar na ponta dos assentamentos”. No Ibama, não são poucos os casos registrados de assentamentos do Incria que promoveram a derrubada de florestas amazônicas em prol de um modelo agrícola que seria mais adequado no Paraná. “A pressão regional sobre o Incria é muito grande”, confirma Fábio Vaz. “No Acre, por exemplo, a classe política reivindica assentamentos, sobretudo para aumentar a arrecadação dos municípios”.

“De fato, a articulação

de órgãos do governo é algo muito difícil”, admite Milton Seligman, presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Incria. “Mas hoje não faltam mecanismos político-institucionais para enfrentá-la, como as câmaras setoriais da Casa Civil”. Ele afirma que, historicamente, o Incria nunca teve uma política ambiental associada à política de assentamentos, mas que isso vem mudando, até porque tanto o ministro Raul Jungmann quanto vários diretores do Incria vieram do Ibama.

No momento, Incria e

Ibama trabalham juntos para que os Estudos de Impacto Ambiental de assentamentos, que costumam a ser feitos, sejam avaliados com rapidez. Os dois órgãos também estão selecionando três ou quatro áreas em que serão estabelecidos assentamentos voltados para o manejo dos recursos florestais. O primeiro deles será em Paragominas (PA). O modelo também deverá ser adotado fora da Amazônia, no plantio de florestas homogêneas em áreas degradadas, para abastecer a indústria de papel e celulose.

(R.S.)

tos de desenvolvimento regional. Historicamente, a ocupação da Amazônia brasileira concentrou-se em seus limites ao sul, sobretudo no Pará, Rondônia e Mato Grosso. Na nova visão do MMA, ela deverá ser mais intensa em três listras verticais, delimitadas por obras do programa Brasil em Ação - o Plano de Metas do governo FHC. Em linhas gerais, a proposta do Ministério e do Ibama é que sejam alternados corredores de conservação e corredores de desenvolvimento, estes centrados nas hidrovias do Araguaia-Tocantins e do rio Madeira, e na BR 174.

Para concretizar a mudança, o governo se vale de dois instrumentos: o macrozoneamento da região e os projetos patrocinados pelos países ricos, no âmbito do Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais (PPG7). Com um orçamento já garantido de US\$ 273 milhões, eles visam mesclar suficiência econômica com manejo racional dos recursos naturais, transformando-se em inspiração para toda a Amazônia e a Mata Atlântica.

Sete dos nove estados amazônicos já apresentaram seus projetos de zoneamento, monitoramento e controle para os próximos três anos, restringindo-se às áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento. Tais instrumentos deverão nortear os administradores na hora da concessão de incentivos ou licenças para novos empreendimentos.

“Estamos fechando uma série de acordos com 41 municípios do Mato Grosso e de Tocantins, propondo incentivar novas fontes econômicas, como o setor agroflorestal, desde que as prefeituras monitorem o desmatamento”, conta Neli Aparecida de Mello, secretária-técnica do subprograma de Política de Recursos Naturais (SPRN) do PPG7. “A primeira reação é sempre de desconfiar, mas os prefeitos acabam se interessando”.

Essa política de incentivos para o desenvolvimento sustentável é defendida com insistência pelo ministro Krause. “Temos que financiar a sustentabilidade como antes se financiou a insustentabilidade. Fazer a árvore em pé ser mais atraente que a pata de boi”.

Para o ministro, os incentivos devem caminhar junto com a fiscalização. “Em cinco anos teremos uma verdadeira soberania sobre a Amazônia, graças ao Projeto Sivam, o macrozoneamento, e as tecnologias de monitoramento remoto”, afirma. “Entretanto, desde já estamos trabalhando para que a delinquência econômica não compense. Se não deixarem a floresta em paz, não os deixaremos em paz”.

“Crescimento sustentável é irreversível”

Telma Pinto de Manaus

GZM: Para o governo, quais são os resultados positivos do PPG7?

GK: O PPG7 dá duas lições a todos. Primeiro, que é possível criar padrões de desenvolvimento sustentável na Amazônia, ou seja, conservar e fazer com que as pessoas vivam bem e mudem a sua vida. A segunda lição é a de que ninguém pode fazer isso sozinho. É preciso que muitos atores se envolvam nesse processo, desde atores internacionais, os diversos níveis de governo, as organizações não-governamentais, as populações tradicionais, os empresários. Ninguém desenvolve uma região como a Amazônia sozinho.

GZM: São muitos os projetos em andamento na Amazônia, tanto do PPG7 como no âmbito do Brasil em Ação, mas não é cedo ainda para medir o impacto dessas iniciativas na região?

GK: A Amazônia já assumiu um novo significado. Não devemos ficar só na contabilidade dos projetos. É importante dar um salto qualitativo na discussão do novo significado da Amazônia. Esse significado passou a ser construído a partir de uma visão ambiental nova, de uma visão de sustentabilidade. A visão generalizada de que a Amazônia era um repositório de potencialidades e que os modelos exógenos resolveriam a questão da pobreza da região se foi. A região é entendida agora como uma dimensão territorial que abriga potencialidades que podem ser exploradas sustentavelmente. Existe um capital que exige ser tratado como um capital natural. A localização da Amazônia sugere que a região seja vista como um espaço de

integração estratégica do Brasil com outros mercados. É claro que não podemos esquecer que a Amazônia é também um espaço de identidade cultural muito interessante para a civilização brasileira porque tem muito da nossa ancestralidade. O desenvolvimento da região, por isso, é um risco e uma oportunidade — a oportunidade de desenvolver a nossa identidade num momento em que nos preparamos para o fenômeno da mundialização dos mercados.

GZM: Em que momento na história o senhor identificaria como o “start” desse processo de mudança na Amazônia?

GK: O papel de denúncia do movimento ambiental, na década de 80, foi muito importante. Mas não podemos deixar que a retórica da denúncia se esgote com a retórica da reação, que é a crítica paralisante que certos setores fazem. Foi na década de 80 que se começou a eliminar os incentivos à insustentabilidade, que houve a institucionalização do espaço amazônico do ponto de vista da proteção ambiental. É por isso que não devemos ser ambiciosos na discussão do PPG7, porque o programa faz parte de um processo que tem nos permitido aprender um conjunto de lições de como efetivamente podemos melhorar a vida das pessoas sem agredir o ritmo da natureza.

GZM: A que o senhor atribui o fato de alguns países estarem carreando significativos recursos para o PPG7, especialmente a Alemanha, enquanto outros, como os Estados Unidos, Japão e o Canadá, apesar do forte discurso preservacionista, estarem tendo uma participação apenas simbólica no programa?

GK: Não existe uma explicação sim-

O ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, está convencido de que o futuro da Amazônia baseado no crescimento sustentável é irreversível. Ele acredita que a visão generalizada de que a Amazônia deveria ser mantida como um “santuário ecológico” faz parte de um passado, ainda recente, mas sem aplicação prática na era da globalização. Krause identifica como fundamentais, para essa mudança do olhar sobre a Amazônia, as pressões dos movimentos ambientais que marcaram os anos 80. Mas considera que a exploração sustentável da floresta e a melhoria da qualidade de vi-



Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho

da da região não podem se basear apenas em recursos concessionários internacionais. “Temos que pensar num pro-

plista para isso. Acredito que há certas questões internas de alguns países, inclusive orçamentárias. Agora, o meu sentimento é de que o investimento numa cooperação dessas não deixa de ser uma aposta, e uma aposta no desconhecido. Você nota pelas discussões as exigências que alguns países ainda fazem, em função de um grande desconhecimento sobre a Amazônia. Até pouco antes da ECO-92, se acreditava que a Amazônia era responsável pelo equilíbrio climático do mundo. Tivemos que dizer aos países ricos que eles vinham de uma concepção exageradamente preservacionista, tentando colocar a região como um santuário ecológico. Em função disso, a Amazônia ainda é uma aposta no desconhecido e isso inibe os investidores e os doadores. Por outro lado, só agora, com resultados concretos e visíveis dos projetos do PPG7, é que temos mais ins-

trumentos de persuasão para ampliar a cooperação de doadores.

GZM: Por que a Alemanha, histórica e culturalmente um país mais distante, vem investindo nesse negócio de risco, enquanto que os EUA têm ficado na retaguarda?

GK: Em primeiro lugar, porque significa uma parceria estratégica para o bloco europeu. Segundo, porque os alemães têm uma convicção ambiental mais constante. Terceiro, por causa da relação histórica entre a floresta e a cultura alemã.

GZM: Essa liderança dentro do PPG7 surpreendeu o governo brasileiro?

GK: Só no início. No começo da elaboração dos projetos do PPG7, não se sabia ao certo como seriam as contribuições. A minha preocupação agora se volta para a segunda fase do programa piloto. Ela não

deve ser um projeto de desenvolvimento sustentável da Amazônia, com recursos pesados, através da participação do setor privado”, afirma o ministro. Falando a este jornal, Krause revela quais as estratégias do governo para desenvolver a região e como se dará o processo de convencimento de que investir na Amazônia é um bom negócio. O ministro reconhece que essa é uma tarefa árdua, ainda considerada por muitos países como uma aposta de risco. Mas acredita que o Brasil está aprendendo a lição com o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7).

Eis os pontos principais da entrevista de Gustavo Krause:

pode significar apenas recursos concessionários, doados, como está acontecendo na primeira fase.

GZM: Qual é a estratégia do governo?

GK: Temos que ampliar os recursos que movem o PPG7, partindo da redefinição dos papéis dos que estão envolvidos no programa. Temos que pensar num projeto de desenvolvimento sustentável da Amazônia, com recursos pesados, através da participação do setor privado. Se continuarmos a trabalhar apenas com recursos concessionários, vamos ter limitações orçamentárias para desenvolver esse projeto regional.

GZM: Como vai ser esse processo de convencimento?

GK: Temos que convencer o investidor que é um bom negócio para todos, para a humanidade e para a

Amazônia, investir nessa região. Vamos partir do princípio de que a questão ambiental explicita a vulnerabilidade dos povos, daí porque é importante a cooperação solidária. Vamos mostrar que se você corta irresponsavelmente as florestas aqui na Amazônia, aqueles que moram no hemisfério Norte também serão afetados. Quem provoca chuva ácida num país, faz com que ela caia nas costas de outro cidadão de outro país. Então, a vulnerabilidade a que a questão ambiental expõe o mundo justifica uma alteração nas relações internacionais. A nossa estratégia, portanto, é vencer em vez de cobrar.

GZM: Como governo recebe as críticas do Banco Mundial, feitas na última reunião do PPG7, de que o governo brasileiro ainda não conseguiu articular uma política ambiental com uma política de desenvolvimento para o país?

GK: Eu compartilho. Isso não é um problema só do Brasil, por isso tenho falado muito em se colocar a economia para conversar com a ecologia. No Banco Mundial existem vários projetos para viabilizar articulações político-ambientais com políticas macro-econômicas. Os instrumentos que financiaram e induziram a insustentabilidade agora vão ter que mudar e financiar a sustentabilidade. É evidente que isso não se faz da noite para o dia, principalmente num país que só tem três anos de estabilidade. O Banco do Nordeste e o BNDES vêm avançando no sentido de privilegiar a sustentabilidade através de mecanismos de coordenação macro-econômica, mas os investimentos na área ambiental são de longo prazo. É realmente uma tarefa que exige muito, mas eu acho que os países em desenvolvimento estão aprendendo isso. ■

INPE nega aumento do desmatamento

Instituto acredita que a taxa deve manter-se em torno de 0,40% ao ano

Em 1º de dezembro, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) espera acalmar os nervos dos países financiadores do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) com a divulgação das atuais taxas de desmatamento na Amazônia Legal. As especulações sobre a alta nos índices de desmatamento da região se intensificaram consideravelmente nos últimos meses, devido às queimadas na região. O INPE nega que o desmatamento tenha ultrapassado a taxa de 0,40% ao ano. O presidente do Ibama, Eduardo Martins, e a coordenadora geral de Observação da Terra do INPE, Thelma Krug, atribuem à dificuldades políticas a descontinuidade no controle das queimadas e do desmatamento na Amazônia. “Só nesse período, o Ibama teve seis presidentes, o que significa uma quebra nas ações do organismo”, diz Martins.

Krug criticou a grita dos G-7 e observou que o Brasil deveria ser reconhecido como o único país no mundo que faz o levantamento de áreas desmatadas com certa periodicidade e sem qualquer ajuda financeira internacional. Segundo ela, os demais países divulgam índices de desmatamento geralmente a cada cinco ou 10 anos: “O Brasil não merece ser acusado”. A análise das taxas de desmatamento de 1996 e 1997 relativa aos 624 municípios da Amazônia, a serem divulgadas em dezembro, começou a ser feita em junho passado, depois que o governo federal liberou R\$



Foto: João Ramal

1,5 milhão para a continuidade dos estudos interrompidos desde 1991.

As queimadas e as taxas de desmatamento na Amazônia foram um dos focos de discussão das reuniões à portas fechadas entre os financiadores do PPG7 com o governo, pesquisadores, técnicos e consultores brasileiros na 4ª Reunião Anual do PPG-7 no final de outubro, em Manaus (AM). Há dois anos sem divulgar as taxas de desmatamento na região, o INPE e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) tiveram dificuldades de convencer o Grupo dos 7 de que o

desmatamento caiu e se estabilizou desde o início da década de 90 entre 0,30% e 0,40% por ano.

O G-7 reconheceu e elogiou, no documento final do encontro, as “intenções” e as “novas ações” do governo brasileiro no monitoramento e controle do desmatamento e das queimadas, mas cobrou esforços mais efetivos do governo nessa área. O fato de o INPE não ter publicado as taxas de 1995 e 1996 e chegar ao final de 1997 sem sequer dispor de dados preliminares de desmatamento decepcionou os financiadores do programa. Os financiadores do PPG7 criticaram a metodologia do governo de só divulgar as estimativas quando elas se tornam definitivas. Eles afirmam não ser possível refutar a evidência de que a floresta vem queimando mais do que no início da década de 90. Em Manaus, onde se reuniram, as delegações internacionais viram o dia nascer e anoitecer sob o céu fechado de fumaça negra vinda da queima da floresta. Por causa da fuma-

ça, houve aumento de acidentes rodoviários e fechamento de aeroportos, além da incidência de problemas de saúde e o desligamento de linhas de transmissão elétrica.

O desmatamento da cobertura florestal original da Amazônia se acelerou entre os anos de 1978 e 1988, quando as taxas saltaram de 78 mil quilômetros quadrados para 230 mil quilômetros quadrados. Até o ano de 1991, a devastação na região, segundo o INPE, já havia chegado a 430 mil quilômetros quadrados. “Com base em 229 imagens de satélite, o INPE identificou que o desmatamento se concentra especialmente em 38 imagens, o que significa que 90% da derrubada da floresta sistematicamente ocorre em 100 municípios da região, já batizados pelo INPE de “cinturão do desmatamento”, localizados nos estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso, Roraima e Acre. ■ (T.P.)

Taxa média de desmatamento da Amazônia Legal

	(Em km²/ano)					
Área	78/86	88/89	89/90	90/91	91/92	92/94
% ao ano	0,54	0,48	0,37	0,30	0,37	0,40

Fonte: Inpe/MMA

A responsabilidade dos pequenos produtores

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) está estudando uma fórmula para investir contra os pequenos agricultores na Amazônia, que passaram a ser considerados pela instituição como responsáveis por uma parcela considerável das queimadas e derrubadas na região. Os desmatamentos em pequenas propriedades para a produção de alimentos chegam a 40% do total registrado por ano na Amazônia — as médias propriedades respon-

dem por 34% e as grandes por 26%, segundo o Ibama.

Estudo recente encomendado pelo Banco Mundial (Bird) mostra que é preciso monitorar os pequenos produtores, que dependem mais do uso do fogo no manejo de suas terras, por terem pouco acesso a tratores e outras máquinas. A falta de um controle mais eficaz sobre os pequenos pode explicar em parte o aumento de 30% no número de focos de queimadas na Amazônia em 1997, comparando-se com 1996. O, elaborado pelo Instituto de Pesquisas da

Amazônia (Ipaam) a pedido do Banco Mundial em 1996, coletou informações junto a 287 propriedades rurais na Amazônia e concluiu que 94% das queimadas estavam relacionadas ao manejo de pastagens estabelecidas em áreas anteriormente desmatadas e apenas 6% relacionaram-se à queimada para abertura de novas áreas de pastagens.

Queimadas

Segundo o relatório final do Bird, o aumento da área queimada de 1994 para 1995 foi consequência do

aumento da área de pastagem e capoeira queimada intencionalmente para limpeza e/ou reforma, e não do aumento da taxa de floresta primária derrubada e queimada. Para o presidente do Ibama, Eduardo Martins, em 1997, as queimadas na região não apresentaram elevações maiores que as registradas no estudo do Bird. Este ano, as queimadas se tornaram mais visíveis e perturbaram mais devido à seca provocada pelo El Niño.

Martins disse que é preciso estabelecer a diferença entre os três principais pro-

blemas que ameaçam hoje a Amazônia — os desmatamentos, as queimadas e a exploração seletiva de madeira. Queimadas, segundo ele, não significam necessariamente desmatamento de novas áreas na floresta. Antes das queimadas, acrescenta Martins, a exploração seletiva de madeira preocupa pelo alto nível de desperdício na exploração e processamento (índice de desperdício entre 60% e 70% da madeira processada) e o baixo nível de agregação de valor. ■ (T.P.)

Megablitz para ampliar fiscalização

Regina Scharf de Brasília

Desde junho deste ano, quando lançou a Operação Macaú — uma megablitz que se propõe a varrer a ilegalidade da Amazônia Legal — o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) conseguiu não só recuperar os R\$ 900 mil gastos mas também garantir um lucro extra de mais de R\$ 8 milhões de reais.

“Além dos R\$ 9 milhões arrecadados com o pagamento de multas, poderemos conseguir pelo menos outros R\$ 15 milhões com o leilão da madeira apreendida”, conta Rodolfo Lobo da Costa, chefe do Departamento de Fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Costa, ele mesmo um ex-fiscal do órgão, afirma que foram confiscados 533 mil metros cúbicos de madeira em tora desde o início da operação, volume quase cinco vezes maior que o total apreendido em todo o País durante o ano passado.

A mobilização conta com o apoio do Exército, da Polícia Federal e da Força Aérea, embora Lobo explique que prefere evitar lançar mão de tais recursos “porque, em princípio, não lidamos com marginais, mas com uma forma predatória de desenvolvimento, muitas vezes apoiada pelo poder público”. Por isso mesmo, Ministério da Fazenda e Incri também foram convocados a participar. Entretanto, quando o Ibama depara com uma exploração ilegal, não pode evi-

tar a proteção policial. Desde junho, dois fiscais foram feridos, a bala e facadas, em Roraima e Amazonas.

“Durante o período Sarney, o governo gastou muito dinheiro com uma ação semelhante, a Operação Amazônia, mas os resultados foram desapontadores”, lembra Lobo. De lá para cá, o número de fiscais envolvidos pouco evoluiu, uma vez que o Ibama jamais promoveu concursos para novas contratações. O órgão conta com apenas 280 fiscais na Amazônia — contra 1.263 em todo o País. O segredo da Operação Macaú estaria, então, num melhor uso da tecnologia.

Denúncias

Até recentemente, os fiscais do Ibama atuavam a partir de denúncias das superintendências regionais, muitas vezes imprecisas, e partiam para suas missões sem saber sequer a quem pertencia a área que estava queimando. Tal quadro se agravava dados os altos custos das horas de voo e das diárias de viagem.

“O que mudou foi o planejamento, que evita batidas aleatórias”, conta Lobo. “Hoje, antes de sair a campo, o fiscal já sabe quem tem que pedir a foto aérea referente à ocorrência”. Ele adianta que os serviços florestais norte-americano e brasileiro estão elaborando, juntos, um modelo para identificar focos de queimadas através de sensores térmicos aerotransportados, sistema que garantirá, num futuro próximo, informações mais precisas e baratas. Com elas, será possível concentrar esforços de forma mais racional. ■

Resultados da fiscalização da Amazônia Legal

(Valores acumulados desde junho)	
Apreensões	Quantidades
Animais vivos	18.615
Animais abatidos	3.808 quilos
Ovos de quelônios	6.500
Armas	74
Peles	56
Peixes ornamentais	11.050
Pescado	19.842 quilos
Redes de pesca	151
Embarcações	2
Madeira em tora	533.485 metros cúbicos
Madeira serrada	16.707 metros cúbicos
Palmito	22.427 quilos
Carvão	313 metros cúbicos
Lenha	5.660 stéreis
Motosserras	102
Desmatamentos sem autorização	19.502 hectares
Queimadas sem autorização	18.280 hectares
Empresas sem registro	11
Autos de infração (flora)	2.802 — R\$ 9,05 milhões
Autos de infração (fauna)	194 — R\$ 624,8 mil

Fonte: Ibama

Programa mede efeitos da floresta sobre o clima

O ano de 2003 pode se transformar num marco para a definição de modelos e estratégias mais confiáveis para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Em 2003, conforme os cronogramas previstos, o ambicioso programa internacional The Large-Scale Biosphere-Atmosphere Experiment in Amazonia (LBA), iniciado em 1996, terá como avaliar os efeitos das mudanças ocorridas no interior da maior floresta tropical do planeta sobre o clima brasileiro e global.

O LBA, orçado em US\$ 120 milhões, é um programa de cooperação internacional liderado pelo Brasil e criado para melhorar o conhecimento científico sobre o funcionamento climático, ecológico, biogeoquímico e hidrológico da Amazônia. O projeto foi elaborado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) entre os anos de 1992 e 1995, mas entrou efetivamente em operação em janeiro passado, quando o governo brasileiro liberou US\$ 1 milhão para a seleção de pesquisadores e a formação de uma rede de monitoramento internacional da Amazônia.

Os objetivos do programa atraíram a comunidade internacional e especialmente a U.S. National Aeronautics and Space Administration (NASA), que anunciou a liberação de US\$ 40 milhões para viabilizar o LBA. Em 14 de outubro passado, durante a visita do presidente Bill Clinton ao Brasil, o INPE e a NASA assinaram uma declaração de cooperação. Mas a iniciativa poderá contar com outros parceiros financeiros em breve, desde que o Brasil aceite algumas das condições impostas.

O G-7 sugeriu ao governo brasileiro que o LBA seja enquadrado como projeto associado do PPG7, para que outros países passem a integrar o programa como cofinanciadores. Se aprovado, segundo o embaixador da União Européia (UE), Christoph Bail, os países europeus poderiam chegar a liberar até US\$ 40 milhões. O enquadramento do LBA como projeto associado tem como principal defensor no G-7 os Estados Unidos. O comitê americano no PPG7 chegou a sinalizar com a possibilidade do governo dos EUA vir a liberar um total de US\$ 25 milhões adicionais ao LBA, caso o Brasil considere o projeto do INPE como associado ao PPG7.

No INPE, há uma certa reação à proposta do G-7 de associar o LBA ao PPG7. Teme-se que o alto interesse americano no LBA, em função das pesquisas em andamento do

Office of Mission to Planet Earth, da NASA, desvie a atenção do país para outras pesquisas propostas pelo PPG7 e os financiamentos passem a ser liberados apenas para o programa espacial do INPE.

Enquanto o Brasil ainda discute a forma de cooperação com as grandes potências, alguns países da América do Sul já estão trabalhando para viabilizar o LBA, apesar de o programa ainda não ter sido reconhecido e incluído na agenda de estudos do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA).

O alto interesse internacional nas transformações que ocorrem na floresta amazônica se deve, principalmente, ao fato de que a região é responsável por 70% do oxigênio global, é uma fonte importante para o metano e o nitrogênio, e abriga a maior diversidade biológica já identificada no planeta Terra. Os cientistas acreditam que todas as mudanças existentes na cobertura vegetal da floresta têm implicações climáticas, ecológicas e ambientais para a região, o continente e o globo, mas não sabem a extensão dos impactos, nem como o sistema ambiental e os vários ecossistemas encontrados na

O LBA vai ampliar o conhecimento sobre as mudanças na Amazônia

região respondem à interferência humana. O projeto do INPE objetiva estudar a Amazônia como uma "entidade regional", ou seja, como o conjunto dessa floresta tropical, e não apenas áreas isoladas, é afetado pela conversão do uso do solo especialmente para dar lugar à agricultura e à pastagem de gado. O LBA parte da premissa que as mudanças na cobertura vegetal têm efeitos diretos nos níveis globais de carbono, nos estoques de nutrientes, no fluxo de gases entre a Terra e a atmosfera e na troca de matérias entre a Terra e o sistema dos rios.

A principal etapa do LBA está prevista para ser iniciada em 1998 e se estender até o ano 2000, com o lançamento do TRMM (Tropical Rainfall Monitoring Satellite), EOS-AM1 (a primeira plataforma do Earth Observing System), ENVISAT, CBERS (Chinesa-Brazilian Earth Resources Satellite) e o Landsat 7. Esses satélites vão fazer o monitoramento ecológico da Amazônia usando novas técnicas de sensoriamento remoto e vão contar ainda com dados de arquivos já coletados sobre a região ao longo de anos passados. Em 1998, também começam os estudos do clima e hidrologia e, em 1999, será a vez das pesquisas relativas à química da atmosfera que vão até 2001. A compilação dos dados coletados encerra-se em 2003. ■

(T.P.)

ZFM poderá ser pólo bioindustrial

Novo modelo econômico prevê transformar a Amazônia num depósito de recursos naturais

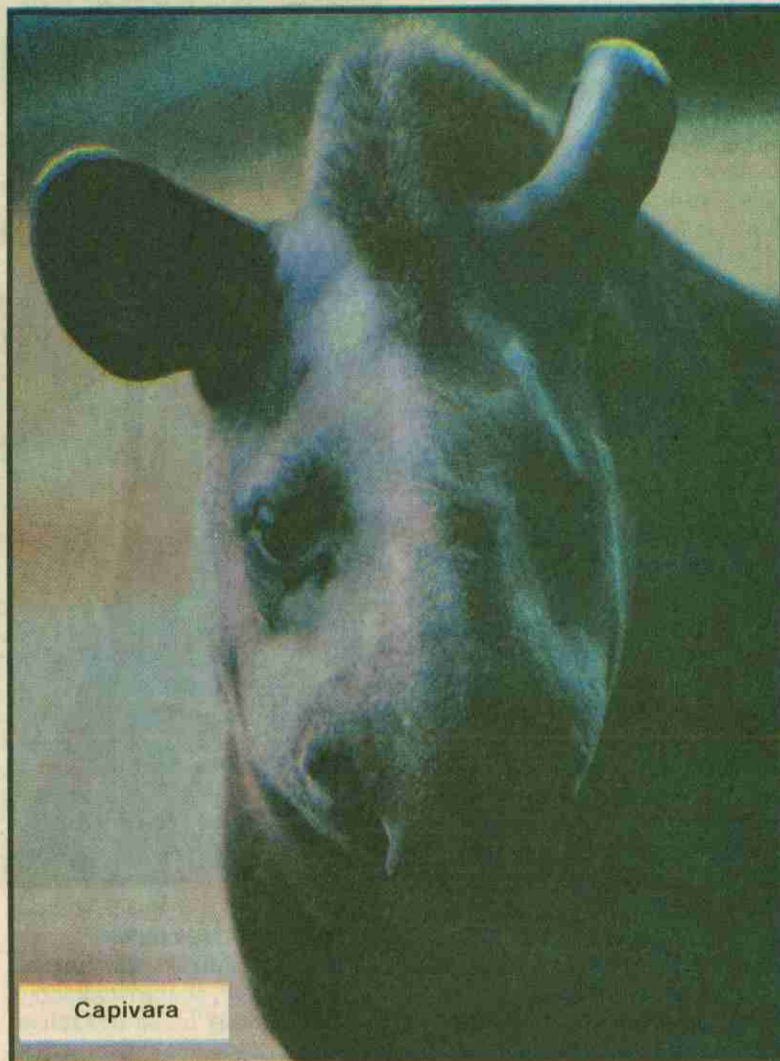
Teima Pinto de Belém

O Brasil parece ter chegado à conclusão que a exploração comercial de florestas tropicais pode casar bem com projetos de preservação. Após anos de pressões internacionais, avanços e recuos, confia-se hoje que essas atividades não são necessariamente excludentes. A saída seria a ecologia molecular, um modelo de desenvolvimento econômico capaz de projetar o País no mercado global do século 21.

As promessas do novo modelo econômico baseado na ecologia molecular começaram a sair do papel no dia 3 de setembro passado, quando o governo brasileiro criou em Manaus (AM) o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). O centro tem como principal função tirar a região da condição histórica de fornecedora de matérias primas e transformá-la num depósito de recursos naturais a serem pesquisados, inventariados e industrializados no mercado interno. O CBA, carro-chefe do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (Probem), vai receber do Ministério do Meio Ambiente (MMA) R\$ 55 milhões, nos próximos cinco anos. O montante financiará pesquisas na área de insumos farmacêuticos (derivados de plantas, animais e microorganismos), produtos cosméticos, produção de biomassa e processos de bioconservação, biodegradação e biorremediação.

Inaugurado em plena área do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus (ZFM), o CBA já nasceu com o compromisso de mudar os objetivos iniciais da ZFM, definidos há 30 anos, e que priorizavam a importação de insumos para a industrialização e exportação de manufaturados eletrônicos. A relação entre o CBA e o novo modelo para a ZFM é direta: à medida que as pesquisas de ecologia molecular se desenvolvem, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) vai poder viabilizar a ZFM como pólo bioindustrial voltado para a comercialização nos mercados interno e externo do século 21.

No workshop internacional sobre Ecologia Química Tropical (ou ecologia molecular), ocorrido em Manaus e em Brasília, em janeiro passado, o International Steering Committee for the Establishment of an Institute of Medicinal and Ecological Chemistry, recomendou a criação do CBA e previu que um centro de excelência nessa área no Brasil terá um dramático impacto no século 21. Os membros do comitê, que reúne representantes de universidades dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Japão e Dinamarca, estimaram que 20 mil espécies são extintas anualmente no mundo e esta perda é especialmente significativa nas florestas tropicais. Com o CBA, o Brasil sinaliza



Capivara

Foto: Simone B. Mateos

atacar estrategicamente dois problemas básicos evidentes na Amazônia: o subdesenvolvimento da região e a exploração irracional dos seus recursos, cuja consequência direta tem sido a biopirataria. A mentalidade dominante da "exploração a qualquer custo" deverá ser contrabalançada pelo entendimento de que a simples exportação de matérias brutas não beneficia a competitividade. Só a exportação manufaturada — porque força a transferência de tecnologia — gera conhecimento e eleva os níveis de competitividade.

As potencialidades da exploração comercial sustentável da Amazônia estão detalhadamente

descritas no documento Probem — Proposta Básica, de outubro passado, elaborado por um grupo de especialistas em ciência básica, biotecnologia e aplicações industriais e comerciais de produtos da biodiversidade da Amazônia com a consultoria de especialistas internacionais. O grupo concluiu que apenas a prospecção e consequente utilização racional dos bens de origem biológica ainda não explorados na Amazônia poderá conter a forte tendência à continuidade da exploração predatória da fauna e flora e reverter os atuais níveis de pobreza da região.

O documento afirma que o Brasil é o país com a maior biodiversi-

dade do planeta e conta em sua flora com mais de 50 mil espécies descritas (20% do total mundial), a maior diversidade de primatas do mundo, pelo menos 10% dos anfíbios e 17% das aves, e provavelmente a maior biodiversidade microbiana. Estima-se haver na Amazônia 950 espécies de pássaros, 300 de mamíferos, 100 de anfíbios, 2,5 mil de peixes e 30 milhões de invertebrados. Pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) encontraram em uma só árvore 43 espécies diferentes de formigas, uma variedade maior do que a já encontrada em toda a Grã-Bretanha. Segundo o MMA, mais de 25% de todas as drogas prescritas nos Estados Unidos contêm substâncias ativas derivadas de plantas que se desenvolvem em florestas tropicais.

No Brasil, o MMA estima que as populações indígenas têm o conhecimento de aproximadamente 1,3 mil plantas que contêm princípios ativos com características de antibióticos, narcóticos, abortivos, anticoncepcionais, anti-diarreicos, anticoagulantes, fungicidas, anestésicos, antiviróticos e relaxantes musculares. Atualmente, contudo, apenas 90 dessas plantas vêm sendo usadas comercialmente no Brasil e apenas um grupo restrito delas vem sendo comercializado no mercado internacional. O guaraná, um derivado da Guaranaína e do Tanino, indicado sobretudo como energético, é um dos poucos produtos amazônicos encontrados no exterior com o selo "Made in Brazil".

Ao mesmo tempo em que o CBA foi criado, e começa a ser construído numa área de 24 mil metros quadrados da Suframa, o MMA criou o Laboratório de Ensaios e Testes no Instituto Butantã, em São Paulo, vinculando ambos à Rede Nacional Associada de Laboratórios. Todos laboratórios estão voltados para pesquisas e aplicações no campo da ecologia molecular, para garantir tanto o aproveitamento econômico como a conservação da Amazônia. ■

Descobertas novas espécies

Foto: João Ramid

Os resultados das pesquisas da Estação Científica Ferreira Pena, em Caxiuanã, no município de Melgaço (PA), a 400 quilômetros de Belém, têm sido um exemplo típico do quanto ainda se desconhece sobre a biodiversidade amazônica e de como a parceria entre a comunidade científica, os governos e os empresários pode atuar para a melhoria da qualidade de vida das comunidades carentes da região.

A estação foi inaugurada em 1994, por meio de uma parceria entre o governo do Reino Unido e do Brasil, numa área de 33 mil hectares encravada na floresta tropical. O Overseas Development Administration (ODA) construiu a estação, que custou US\$ 2,7 milhões, e o governo brasileiro assumiu o compromisso de cuidar da sua manutenção.

Nos três anos de existência, a estação vem desenvolvendo 45 projetos nas áreas de flora, fauna e ambiente físico da água com pesquisadores brasileiros e do exterior. Segundo o coordenador geral da estação, o botânico Pedro Lisboa, a riqueza natural da área é tão representativa que até agora conhece-se apenas 0,15% da flora da estação e 0,15% de sua fauna. A

pesquisa em Caxiuanã tem revelado a ocorrência de plantas e bichos novos ou nunca registrados na Amazônia e no Brasil. A mais recente descoberta na estação veio do projeto Diversidade Florística, que identificou espécies de fanerógamas, plantas que produzem flores. Os pesquisadores Arno Lise e Marlúcia Martins também identificaram recentemente três novas espécies de aranhas para a ciência. A pesquisadora Dirse Kern, estudando os elementos geoquímicos em sítios arqueológicos de Caxiuanã, identificou padrões de assentamento de tribos e hábitos de consumo ao verificar concentrações incomuns de elementos como zinco, magnésio, cobre e cálcio.

Sem abandonar as áreas de pesquisas já iniciadas, o Museu Goel-

di começa a se concentrar agora num projeto de desenvolvimento sustentável e educacional junto às comunidades que vêm habitando há algumas décadas a área de entorno da estação científica de Caxiuanã. As três comunidades locais — Pedreira, Laranjal e Caxiuanã — reúnem 170 pessoas que vivem dos recursos naturais da floresta em palafitas, sem energia e nem água potável.

O projeto, apesar de estar previsto o apoio financeiro do PPG7, está em busca de recursos alternativos. Em meados de 1998, quando a estação científica substituir o seu sistema de energia à diesel pela solar, as comunidades locais também terão energia pela primeira vez nas casas e nas três escolas que serão construídas. Lisboa diz que a instalação da energia demorou porque o museu não tinha verba. Um apelo através da Internet, contudo, atraiu a atenção da multinacional francesa Solelec que decidiu doar recursos ao projeto. Submetido ao Programa do Trópico Úmido, do CNPQ, o projeto de R\$ 250 mil foi aprovado e a primeira parcela de R\$ 125 mil será liberada em dezembro. ■

(T.P.)

Ecoturismo em terras indígenas

Uma iniciativa dos índios tukanos, da reserva de Pari Cachoeira, no alto rio Tiquié, na fronteira do Brasil com a Colômbia, foi escolhida como projeto-piloto do programa de ecoturismo em áreas indígenas que órgãos do governo vão começar a colocar em prática a partir do próximo ano. A bibliotecária suíça Regula Feitknecht e seu marido, o italiano Massimo Pira, ficaram de 30 de setembro a 6 de outubro participando de todas as atividades dos índios, pagando US\$ 1,5 mil dólares cada um para andar pela mata, subir corredeiras de rios, dormir na maloca e comer a mesma comida que os índios comem. E no final ainda fizeram questão de deixar uma carta aprovando a experiência.

O responsável por esse autêntico programa de índio é Estevão Lemos Barreto, um tukanos que cansou de ver os guias turísticos de Manaus falarem de coisas que pouco tinham a ver com os costumes indígenas. "Diziam que eram coisas nossas, mas não era verdade. Imaginamos, então, que nós mesmos deveríamos orientar os turistas, em nossas terras e aldeias", afirma Estevão, que esteve em Santarém com um relato de sua experiência aos participantes do I Seminário Internacional de Ecoturismo da Amazônia. Sua iniciativa foi assumida como projeto-piloto pelo Grupo Técnico de Coordenação de Ecoturismo para a Amazônia Legal (GTC).

Antes dessa primeira viagem, os tukanos já haviam tido, em 1994, uma experiência com um casal canadense que visitou comunidades indígenas daquela região. Barreto resolveu então partir para um projeto, que elaborou com todas as informações técnicas necessárias, incorporado pelo Conselho Regional das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié, o Cretiar, com o pomposo nome de "Projeto de desenvolvimento do ecoturismo na reserva indígena de Pari Cachoeira — alto rio Tiquié". A Cretiar foi legalmente constituída em agosto de 1993 e hoje congrega as 16 aldeias indígenas do Tiquié. Seu estatuto estabelece que ela tem por objetivo "promover a cultura indígena, a auto-sustentação visando a melhoria de condição de vida de seus membros". A Cretiar integra, junto com outras 26 comunidades, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn).

O objetivo do projeto, segundo Barreto, é criar uma alternativa econômica, "dando início ao desenvol-

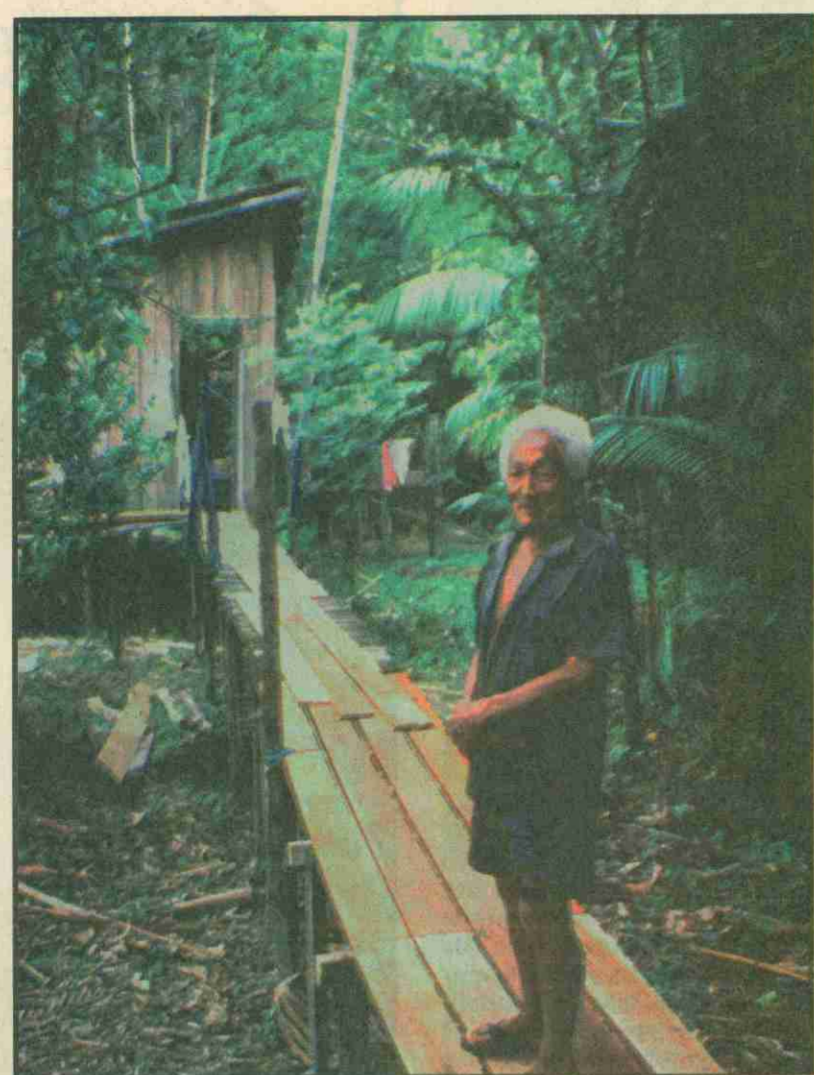


Foto: João Belmonte

para a Amazônia e começará a ser executado a partir do primeiro semestre de 1998, já aproveitando a experiência dos tukanos. Outras duas áreas dos índios caiapós no Pará e no Mato Grosso estão sendo estudadas. Para orientar as comunidades indígenas interessadas em desenvolver o ecoturismo, será lançado, em dezembro próximo, o Manual Indígena de Ecoturismo.

Roberto Mourão, da EcoBrasil, ressalta que a decisão de elaborar o programa e o manual de ecoturismo em áreas indígenas, com a participação também do Ministério da Justiça, através da Fundação Nacional do Índio (Funai), foi tomada a partir da crescente pressão dos próprios índios e pela demanda externa para visitação, "o que tem provocado visitas não autorizadas, informais e sem controle". Mas tem o objetivo também de criar alternativas econômicas para as comunidades indígenas que já tiveram contato com membros da sociedade moderna.

Para os técnicos, essa atividade, realizada em bases comunitárias e rentáveis, poderá ser mais uma alternativa econômica de exploração dos recursos naturais das áreas indígenas. Mourão acredita que a visitação controlada e monitorada de ecoturistas informados, educados e conduzidos por pessoal treinado e autorizado será positiva: "Pelo menos, melhor do que outros contatos, tais como bandeirantes, espe-

culadores imobiliários, agricultores, pecuaristas, madeireiros e garimpeiros". Para isso são estabelecidos alguns princípios norteadores: o ecoturismo deve respeitar os valores da cultura local e a tradição indígena, além de gerar recursos que ajudem a melhorar a qualidade de vida das comunidades.

Mas os técnicos sabem que a exploração desse tipo de atividade está sujeita a riscos, como a falta de respeito à privacidade das comunidades, transmissão de doenças, produção de lixo e a introdução de vírus como álcool e drogas, e, até mesmo, a prostituição. Por isso, a seleção dos turistas deve ser rigorosa e sob controle da própria comunidade. Apesar do entusiasmo, os tukanos estão preocupados com a dimensão que o projeto pode ganhar com a divulgação. Para dezembro, já está confirmada a presença de um grupo de dez visitantes estrangeiros, mas Barreto acredita que a procura deverá aumentar.

"Não queremos que os índios caiapós, por exemplo, deixem de colher a castanha-do-pará para servirem de guias para os turistas", afirma Roberto Mourão. A preocupação é que se evite a criação de casos como o dos caiapós, no litoral paulista, que, para dar assistência aos turistas, deixaram de pescar, uma atividade tradicional da comunidade. (R.P.)

Manual de sobrevivência

A experiência dos tukanos ultrapassou os limites da aldeia e incentivou os integrantes do GTC a elaborar o Programa Piloto de Ecoturismo em Áreas Indígenas. Esse programa faz parte da política de ecoturismo

de conhecer as utilidades das árvores, das frutas e das plantas medicinais silvestres". O almoço é no igarapé da Onça, antes do retorno à aldeia.

Para o quarto dia o roteiro estabelece uma ida à roça para participar do cultivo e da colheita da mandioca e do processo de fabricação do beiju e da farinha. À noite, após o jantar, o programa é acompanhado com os velhos indígenas o tradicional fim de noite. Uma visita às cachoeiras fica para o dia seguinte. No sexto dia, o visitante tem de acordar bem cedo, às 3h30min da madrugada, para participar da destilação do caxiri, bebida típica. Após banho no rio, tem a saída para a mata à procura de frutas silvestres e caça com armadilhas preparadas pelos índios. A tarde toda fica para descanso porque à noite haverá a festa do Póosé. Os dois últi-

mos dias serão quase todos tomados com a viagem de retorno a São Gabriel da Cachoeira e Manaus.

Embora até agora só tenha recebido estrangeiros, o programa dos tukanos é aberto também para os brasileiros, que pagam um pouco menos — US\$ 1.200. O dinheiro que os turistas pagam pelo pacote já tem destinação certa. A Cretiar recebe 45%, aplicada na assistência às comunidades. E os 55% restantes cobrem as despesas com transporte, alimentação e pagamento dos guias. Além disso os índios ganham um pouco mais com a venda do artesanato. "É a oportunidade que temos de vender diretamente nosso artesanato, sem o intermediário. Cobramos um preço justo, sem explorar o turista, como fazem na cidade". (R. J. P.)

Cerca de dez anos depois do início da colonização, Vitória Da Riva Carvalho começou a instalar o que ficaria conhecido depois como Complexo Turístico Alta Floresta. Em 1987, foi construído o Floresta Amazônia Hotel numa área de mata de 50 hectares e com todo o conforto de um hotel quatro estrelas. Fica na cidade de Alta Floresta, em meio a exemplares da flora e da fauna da região.

Em 1990, Vitória participou de um encontro sobre ecoturismo e teve então a ideia de implantar um hotel de selva. Foi quando surgiu o Cristalino Jungle Lodge, um pouco distante da cidade e bem na floresta de reserva ecológica do rio Cristalino de 800 hectares, que este ano foi transformada em Reserva Particular do Patrimônio Nacional (RPPN). Mas ela garante que em volta do empreendimento existe uma área de 250 mil hectares em estado de perfeita conservação, inclusive



Igarapé

amazônia 21

Do planejamento à execução

I Seminário Internacional de Ecoturismo



Fonte: Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal

O lançamento da política de ecoturismo para a Amazônia e a criação oficial do Corredor Ecoturístico Amazônia-Pantanal-Foz do Iguaçu marcam, de 10 a 14 de novembro em Santarém, no Pará, o I Seminário Internacional de Ecoturismo da Amazônia. O encontro serviu para mostrar que, apesar do imenso potencial que possui essa área, com a maior concentração de biodiversidade do mundo, o Brasil ainda tem uma participação pequena no destino dos ecoturistas, ficando em quarto lugar na América Latina, que, por sua vez, fica atrás do Sudeste Asiático, da África e da América Central.

Mas Aldenir Paraguaçu, diretor da Secretaria de Coordenação da Amazônia Legal do Ministério do Meio Ambiente (MMA), acredita que essa situação começa a mudar. Ele está à frente do Grupo Técnico de Coordenação do Ecoturismo na Amazônia (GTC), criado em junho do ano passado para coordenar as atividades de elaboração, avaliação, execução e acompanhamento da implantação da política e do programa regional de ecoturismo.

"O ano de 1997 foi dedicado ao planejamento e a partir de próximo ano vamos partir para a execução", afirma Paraguaçu. Ele acha que apesar de a região concentrar 65% do potencial de ecoturismo do Brasil, a Amazônia nos últimos anos recebeu poucos investimentos em infra-estrutura para o turismo. "A região tem atrações que ainda não são de todo conhecidas pelos próprios estudiosos e analistas especializados em ecoturismo".

O governo brasileiro já está em fase final de negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a definição da fonte de recursos para o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Le-

gal (Proecotur), dividido em duas partes. A primeira, de pré-investimento, deverá começar em janeiro e envolverá US\$ 10 milhões na preparação de áreas selecionadas e das instituições da região que absorverão os investimentos do programa.

Depois de 18 meses começa a fase de investimentos, que terá a duração de três anos e recursos estimados em US\$ 200 milhões, sendo 50% para o setor público e a outra metade para o financiamento de investimentos privados em empreendimentos ecoturísticos.

O outro objetivo é o de viabilizar operacionalmente empreendimentos pela realização de estudos de mercado, da identificação, desenvolvimento e adaptação à região de tecnologias para a geração de energia, tratamento de efluentes, entre outras, e pela disponibilização dos resultados

para os investidores privados. Deverão ser criadas linhas de créditos específicas para o setor. E o Proecotur vai investir para melhorar ou implantar a infra-estrutura necessária para viabilizar o aumento do fluxo turístico para a Amazônia.

Mas nos últimos dois anos o governo já vem investindo em oficinas de capacitação em ecoturismo, tendo capacitado em torno de 2 mil pessoas. Foi realizado também um workshop na Venezuela e até 1999, segundo Paraguaçu, o objetivo é promover entre outros semelhantes em todos os países que integram o Tratado de Cooperação Amazônica. "Queremos uma política de ecoturismo definida para que possamos vender aos consumidores internacionais uma única Amazônia, de maneira que o ecoturista que

pretende passar três dias no Peru e depois voltar a seu país acabe passando mais quatro dias na Colômbia e mais cinco ou seis no Brasil", diz Paraguaçu.

Integração turística

O documento mais importante emitido no I Seminário Internacional de Ecoturismo da Amazônia foi a "Carta de Santarém", que oficializou a criação do Ecotur Brasil, o corredor ecoturístico que pretende integrar a Amazônia, o Pantanal e Foz do Iguaçu. No próximo ano deverão ser feitas negociações para incluir também a Patagônia, na Argentina, nesse corredor.

A decisão de criar o Ecotur Brasil foi tomada depois da definição do Proecotur (na Amazônia os estados líderes do corredor são o Amazonas e o Pará) e da aprovação, pelo BID, do programa BID-Pantanal, que prevê a aplicação de US\$ 400 milhões nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em ações de proteção ao ecossistema pantaneiro. Foz do Iguaçu foi incluída por causa dos investimentos que o governo do Paraná vem realizando no seu Projeto Costa Oeste, com a criação dos Jogos Mundiais da Natureza.

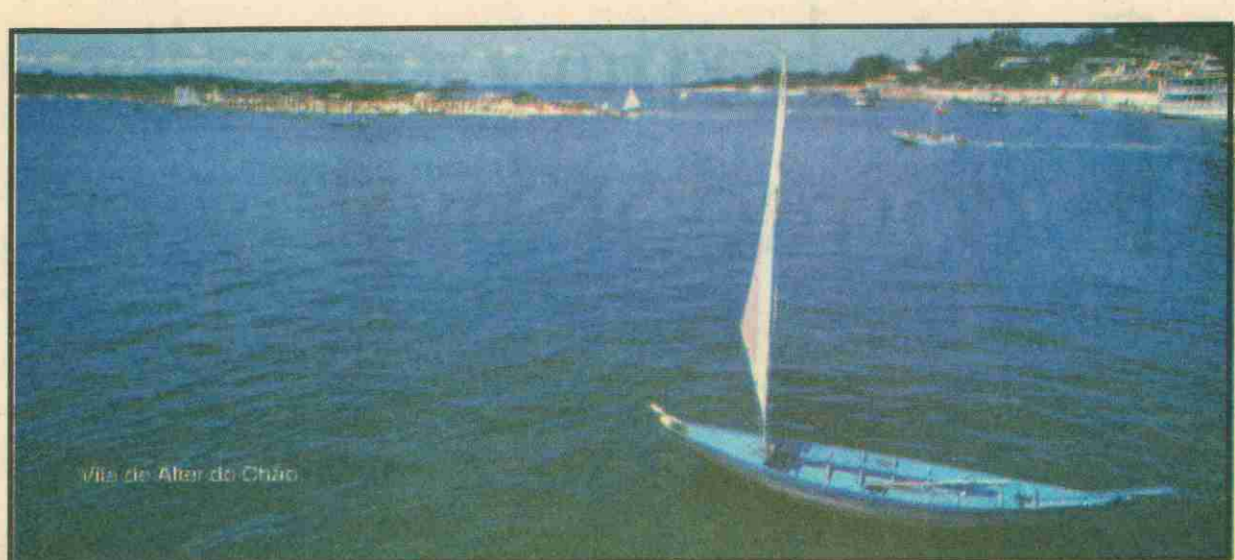
De acordo com a "Carta de Santarém", através do Ecotur Brasil os estados e os vários órgãos federais envolvidos vão definir uma estratégia de marketing permanente para o corredor e de participação de forma integrada nos eventos nacionais e internacionais sobre ecoturismo. Pretende-se também oficializá-lo junto ao Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). "Esse corredor já existe na realidade e agora vamos tentar fazer dele um produto", afirma Francisco Lacerda, da Secretaria de Turismo do Mato Grosso e, ao lado de Jayth Carlos Filho, da Empresa de Turismo do Amazonas, um dos maiores entusiastas desse programa. ■

estado deverá perder algo em torno de R\$ 160 milhões por ano com a desoneração. "Não há como reverter esse quadro sem uma radical e determinada transformação da atual base produtiva do estado", diz o documento do Proecotur.

O governo do estado estabeleceu como metas prioritárias dessa mudança de base produtiva a verticalização da produção mineral e os investimentos em turismo e agroindústria. Principalmente através da soja e do dendê, o governo pretende promover a recuperação das imensas áreas degradadas na região.

Estudos realizados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) em conjunto com a Organização dos Estados Americanos (OEA) mostraram que o Pará concentra 49,2% dos atrativos turísticos da região amazônica, com destaque para os apelos ambientais, ecológicos e científicos, que coincidem com a demanda internacional. Mas apesar desse potencial, o estado recebe apenas 1,5% dos turistas estrangeiros que chegam ao Brasil. Da modesta receita anual de US\$ 78 milhões gerada pelo turismo, apenas 10% têm origem externa, com uma permanência média desse turista de somente 2,5 dias.

Para tentar mudar esse quadro, o governo decidiu fazer investimentos em infra-estrutura em quatro polos: Belém, Marajó, Araguaia-Tocantins e Tapajós. Em Belém estão sendo em-



Turismo, prioridade do Pará

Raimundo José Pinto de Santarém

Não por acaso Santarém foi escolhida para sediar o I Seminário Internacional de Ecoturismo da Amazônia. Segunda cidade do Pará, Santarém é o centro de um dos principais polos ecoturísticos definidos pelo Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo da Amazônia Legal (Proecotur), o do Tapajós. Nesse polo estão localizadas algumas das mais importantes unidades de conservação da região amazônica, como a reserva Biológica do Trombetas (385 mil hectares), a Floresta Nacional do Tapajós (600 mil hectares) e o Parque Nacional da Amazônia (994 mil hectares). E abriga belezas naturais fantásticas, como a vila de Alter do Chão, com suas praias banhadas pelo rio Tapajós, já conhecidas como Caribe de Água Doce.

A proposta de inclusão do Tapajós como polo prioritário do Proecotur faz parte do programa do governo de mudança da base produtiva do estado. Tradicionalmente um dos maiores exportadores brasileiros de matérias-primas, o Pará não tem conseguido melhorar a qualidade de vida de sua população porque a maioria dos empreendimentos exportadores funcionam como enclaves que, a exemplo de Carajás, não desenvolvem economia local.

A situação se agravou com a desoneração das exportações. Os técnicos do governo calculam que o pregados R\$ 49 milhões na modernização e ampliação do aeroporto, feita em convênio com a Infraero. Outros R\$ 230 milhões são investidos na recuperação sanitária e ambiental de 40% do perímetro urbano da capital. A maior parte desses recursos provém do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

No polo Tapajós, a maior obra de infra-estrutura em execução é o chamado Tramoeste, um projeto de R\$ 266 milhões comandado pela Eleronorte, que consiste na implantação de linhas de transmissão para levar a energia da hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins, para a região oeste do Pará. Prevista para estar concluída em 1998, a obra deverá acabar com os frequentes racionamentos de energia da região que chegaram até ameaçar a realização do I Seminário Internacional de Ecoturismo da Amazônia. Com muita negociação, a energia só faltou no encerramento.

A Companhia de Pesquisa dos Recursos Minerais (CPRM), através de seu Programa de Integração Mineral em Municípios da Amazônia (Primaz), fez recentemente um levantamento do potencial turístico de Santarém e constatou que se trata de um dos mais importantes polos turísticos de todo o norte do Brasil, "por suas imensas áreas de florestas e alguns dos mais belos rios da Amazônia, ecossistemas bem preservados, flora e fauna exuberantes, inúmeros atrativos históricos e culturais". ■

Corredor de exportação no Amapá

O asfaltamento completo da rodovia BR-156, que liga a capital Macapá ao Oiapoque, no extremo norte do Brasil, pode ser o caminho que o estado do Amapá precisa para desenvolver um de seus maiores potenciais, o turismo ecológico. Os guianenses assumiram o compromisso de fazer a ligação com Caiena, capital da Guiana Francesa, a partir de Saint Georges, a pequena cidade que fica do outro lado do rio Oiapoque, na fronteira entre os dois países.

A decisão de asfaltar toda a BR-156 foi tomada com base no acordo fechado entre os presidentes Fernando Henrique Cardoso, do Brasil, e Jacques Chirac, da França, com o entusiasmo do apoio do governador do Amapá, João Alberto Capiberibe. O estreitamento das relações de seu estado com a França, através da vizinha Guiana, voltará a estar na pauta do novo encontro que Fernando Henrique e Chirac têm agendado para o próximo dia 25 no Oiapoque.

Além da interligação entre as duas capitais por terra, técnicos dos dois governos estão estudando vários projetos comuns, entre eles o de geração de energia a partir de uma pequena usina hidroelétrica no Oiapoque, com capacidade para gerar 7,5 megawatts, orçada em R\$ 16 milhões. Alguns projetos já estão em execução e outros estão em estudo nas áreas de ciência e tecnologia, meio ambiente, pesca, saúde, educação e turismo.

O governador João Alberto Capiberibe acredita que a alternativa para o Amapá é construir uma economia própria, baseada na utilização racional de seus recursos, que são muitos, como o turismo. "Buscamos essa aproximação pela facilidade de acesso à França e à Comunidade Européia via Guiana. Chegar à Amazônia, a partir da Europa, é mais fácil e econômico por Caiena e Macapá do que via São Paulo ou Rio de Janeiro, tendo que fazer praticamente outra viagem continental para chegar à nossa região", afirma ele.

Com a ligação terrestre Macapá-Caiena o governador espera não apenas atrair turistas da Europa e mesmo do Caribe, como criar um corredor de exportações para os produtos do Amapá e de outros estados amazônicos.

A vez da hotelaria ecológica

Vitória, filha de Ariosto Da Riva, um desbravador do oeste do Paraná e do norte do Mato Grosso, hoje está à frente de um empreendimento que, ao contrário do caminho aberto pelo tipo de colonização comandada por seu pai, tem na preservação do meio ambiente a razão do sucesso. O Cristalino Jungle Lodge e o Floresta Amazônia Hotel, empreendimentos implantados com recursos próprios no meio da mata do município mato-grossense de Alta Floresta, são hoje referências para o ecoturismo na Amazônia. Tanto que, entre os vários projetos do tipo existentes no País, foram apresentados como "cases" no I Seminário Internacional de Ecoturismo da Amazônia, realizado na segunda semana de novembro em Santarém, no Pará.

Os Da Riva chegaram ao norte do Mato Grosso, no limite com o Pará, há 21 anos, para implantar o que viria a ser o maior núcleo de colonização privada da região amazônica. Na época, ali era tudo floresta densa. Ariosto fundou então a cidade de Alta Floresta, hoje a maior da região. De um plano inicial de prioridade para culturas agrícolas, o projeto acabou abrindo espaço para algumas formas de predação do meio ambiente, como a pecuária, a extração de madeira e o garimpo.

Cerca de dez anos depois do início da colonização, Vitória Da Riva Carvalho começou a instalar o que ficaria conhecido depois como Complexo Turístico Alta Floresta. Em 1987, foi construído o Floresta Amazônia Hotel numa área de mata de 50 hectares e com todo o conforto de um hotel quatro estrelas. Fica na cidade de Alta Floresta, em meio a exemplares da flora e da fauna da região.

Em 1990, Vitória participou de um encontro sobre ecoturismo e teve então a ideia de implantar um hotel de selva. Foi quando surgiu o Cristalino Jungle Lodge, um pouco distante da cidade e bem na floresta de reserva ecológica do rio Cristalino de 800 hectares, que este ano foi transformada em Reserva Particular do Patrimônio Nacional (RPPN). Mas ela garante que em volta do empreendimento existe uma área de 250 mil hectares em estado de perfeita conservação, inclusive

porque a maior parte dela está sob proteção do Ministério da Aeronáutica, que tem ali próximo a base de Cachimbo. O complexo é integrado também pelo Instituto Ecológico Cristalino, pelo Centro de Pesquisa da Ilha Cristalino e pela agência de turismo receptivo Floresta Tour.

Vitória Da Riva, que é formada na área de humanas mas que se considera hoje uma ambientalista, acredita que seu empreendimento é um sucesso na área de ecoturismo porque conseguiu ser ambientalmente sustentável e durar pouco. A taxa de ocupação deste ano, de 90% em média, foi bem superior aos 60% do ano passado. Ela não revela quanto já investiu, sempre com recursos próprios, mas admite que agora vai precisar de ajuda oficial para consolidar o empreendimento com a implantação de novas tecnologias ambientais, inclusive para que possa ser utilizado como centro de treinamento em ecoturismo.

"Sei que estou dando uma grande contribuição para a população local, no sentido de valorizar a floresta. As práticas ambientais que começam a surgir na região, a preocupação com as queimadas, passam a ter um efeito dominó na consciência ambiental que está sendo ampliada em nossa região", afirma Vitória.

O Floresta Amazônia Hotel tem 42 apartamentos, quatro suítes, bar, restaurante, piscina, quadra polivalente de esportes, salas para eventos e trilhas de observação de aves e primatas na área de floresta preservada em que está localizado.

Já a estrutura do Cristalino Jungle Lodge é bem mais simples. Para chegar lá a partir de Alta Floresta é preciso andar de carro por 45 quilômetros até a beira do rio Teles Pires e, depois, de barco por meia hora até o rio Cristalino. O hotel de selva tem oito bangalôs com banheiro com água aquecida por sistema de energia solar. Existem dois grandes dormitórios, um masculino e outro feminino, com cantina e bar. Há um deck flutuante sobre o rio Cristalino que pode ser utilizado de dia e à noite. Para apoio, o hotel tem barcos a motor e a remo.

O cuidado para evitar a poluição está nos mínimos detalhes. Entre os utensílios de copa e cozinha não há nada de plástico ou de material descartável. Por toda a área do hotel o



visitante encontra duas lixeiras juntas, uma verde para o lixo orgânico e outra amarela para o inorgânico, que é transportado periodicamente para fora da reserva. Lâmpadas e tochas iluminam a área à noite. As geladeiras são a gás e um gerador de energia fica só para dar suporte.

O Cristalino Jungle Lodge oferece atrações como observação de aves, trilha pela floresta, canoagem, camping de baixo impacto, turismo científico, pesca esportiva. Boa parte dos turistas que procuram são observadores de pássaros, pois na área existem pelo menos 500 espécies de aves, várias delas ameaçadas de extinção. A área também é visitada por cientistas, servindo de apoio a organismos como a Universidade de Mato Grosso. Todo visitante paga uma taxa de R\$ 10,00 para apoio a essas pesquisas.

É o caso de Luis Rebelo Neto, diretor de uma das maiores empresas do Pará, a Reicon, que atua em setores como navegação e distribuição de derivados de petróleo. Também com recursos próprios, ele está implantando o Mexiana Resort, um complexo hoteleiro típico de turismo ecológico em plena ilha Mexiana, que integra o arquipélago de Marajó e é cortada ao meio pela linha do Equador.

O Mexiana Resort ocupa 38% dos 100 mil hectares da ilha. Dos 38 mil hectares do empreendimento, 9 mil são de mata e 29 mil de pastagens naturais que abrigam 7 mil cabeças de búfalos. A ilha abriga muitas espécies animais, como a tartaruga e o pirarucu, um dos maiores peixes de água doce do mundo, além de uma enorme variedade de pássaros. (R. J. P.)

O moderno conceito de corredor biológico

Projeto define ecossistemas florestais prioritários para a conservação da biodiversidade

Telma Pinto de Manaus

O Grupo dos 7 (G-7) definiu a formação de corredores biológicos na Amazônia Legal e na Mata Atlântica como uma das prioridades do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), hoje em fase de transição para uma segunda etapa prevista para começar no ano 2000. A criação dos corredores biológicos faz parte do projeto Parques e Reservas, que deve receber um total de US\$ 49 milhões dos financiadores internacionais.

Os corredores biológicos ganharam a simpatia dos países do G-7 e do Banco Mundial (Bird), que atua como repassador e supervisor das

verbas do programa, porque o conceito substitui o paradigma de "ilhas ecológicas" tradicionalmente aplicado nas discussões sobre preservação ambiental. O novo sistema sugere que a preservação de um ecossistema isolado é uma visão ultrapassada — é insuficiente para a preservação das espécies naturais e populações nativas existentes naquele ecossistema. "É uma nova filosofia, um plano de defesa contra eventuais pressões externas", observa o assessor do Ministério do Meio Ambiente (MMA) Fredmar Correa.

No projeto, em fase final de elaboração e previsto para deslançar a partir de 1998, os corredores biológicos estão definidos como grandes extensões de ecossistemas florestais biologicamente prioritários

para a conservação da biodiversidade da Amazônia e da Mata Atlântica. A idéia é conservar grandes blocos de florestas tropicais, mediante a ordenação do uso dos recursos naturais e do incentivo à práticas sustentáveis nos corredores ecológicos, permitindo a conexão entre as áreas naturais remanescentes.

Embora o projeto tenha sido aprovado em 1991, com um orçamento preliminar de US\$ 22 milhões, só em agosto passado a sua versão final foi entregue pelos consultores contratados pelo PPG7. A demora nas discussões entre o governo, pesquisadores, ONG's, organismos internacionais e comunidades deveu-se principalmente ao conceito inovador da complexa proposta de corredores. Houve muitas dúvidas quanto a possíveis sobreposições com áreas urbanas e eixos de desenvolvimento e quanto a alguns conflitos sobre a melhor forma de gestão.

Prioridade

Apesar das dificuldades na identificação das áreas de alta prioridade para a conservação da biodiversidade, sete corredores biológicos brasileiros foram definidos — cinco na Amazônia e dois na Mata Atlântica. Inicialmente, US\$ 21,8 milhões serão liberados pela Alemanha, pelo Fundo Fiduciário da Floresta Tropical e o governo brasileiro para a criação dos dois primeiros corredores, um na Amazônia Central e outro na Mata Atlântica Central.

Para a segunda fase, os financiadores internacionais do programa recomendam que o governo brasileiro transforme os corredores em áreas de intensa atividade econômica. De acordo com o coordenador do PPG7 no Banco Mundial, Robert



Foto: Alberto Araújo

Schneider, as atividades apoiadas pelo programa devem envolver as comunidades residentes nas áreas dos corredores e o setor privado para que as atividades ambientais se tornem economicamente competitivas. O Bird sugere que os setores privados procurem linhas de crédito comerciais existentes em instituições nacionais e internacionais disponíveis para a adoção de novos produtos, processos e tecnologias.

A diretora do Setor de Gerenciamento de Desenvolvimento Sustentável e Sócio-Ambiental do Bird, Maritta Koch-Weser, anunciou na 4ª Reunião do PPG7 em Manaus, no final de outubro passado, que o banco acaba de criar novas linhas de empréstimos para financiar o programa de corredores biológicos nas Américas. Essas novas linhas de crédito fazem parte do projeto de descentralização do Bird, que passou a entender "meio ambiente como diretamente relacionado ao alívio da pobreza". Nos corredores biológicos, o Bird acredita que projetos de ecoturismo devem ser o principal investimento do setor privado.

O corredor biológico da Amazônia Central, com 133 mil quilômetros quadrados, está localizado nos estados do Amazonas e do Pará. Corta as bacias hidrográficas dos rios Negro e Solimões e diversos outros rios, como Juruá, Japurá, Jutaf e Tefé, além de lagos de várzea e terra firme. Ao todo, o corredor inclui 38 áreas protegidas (unidades de conservação federais, estaduais e municipais e reservas particulares) e 14 áreas indígenas.

Extração

Segundo estudos do PPG7, o corredor da Amazônia Central incorpora ainda diversos tipos de vegetação, em especial as florestas de terra firme, de várzea e de igapó, além de buritizais, cipoais, campina. Lá estão espécies ameaçadas de extinção e outras de valor comercial e de subsistência, tanto da flora quanto da fauna. O corredor da Mata Atlântica Central está localizado nos estados do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais (somente o Parque Nacional do Caparaó), envolvendo a zona costeira entre o centro do Es-

pírito Santo e o sul da Bahia. Soma cerca de 345 mil hectares, sem contar mais de 52 mil hectares de áreas indígenas, e engloba 48 áreas protegidas. Na área são encontradas florestas remanescentes consideradas de alta prioridade para a conservação da biodiversidade, como florestas ombrófilas densas, florestas estacionais, manguezais, vegetação de restinga, além de formação de recifes de coral no oceano Atlântico, no extremo sul da Bahia.

A região, intensivamente ocupada desde o descobrimento do Brasil, sofre todos os tipos de ameaças, incluindo caça e pesca predatórias, extração de madeira e de outros produtos florestais, poluição do ar, do solo, da água e sonora, ocupação ilegal de terras, agropecuária, mineração e expansão urbana. Dentre as mais conhecidas espécies ameaçadas de extinção no corredor da Mata Atlântica Central estão o mico-leão dourado, mutum e jacutinga. Várias espécies florestais foram quase extintas da região ou estão ameaçadas, caso do pau-brasil, vinhático e jacarandá-da-bahia. ■

Reserva do Amanã

Antes mesmo da estabelecimento oficial dos corredores biológicos no País, o governador Amazonino Mendes (PFL) decidiu adiantar o processo no Amazonas. Ele assinou um decreto criando a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Amanã, na reunião do PPG7, em outubro, em Manaus. Trata-se de uma área de 2,3 milhões de hectares, maior que o estado do Sergipe, situada entre a já existente reserva estadual de Mamirauá (AM) e o Parque Nacional do Jaú (AM). A área forma um corredor de floresta tropical de 5,76 milhões

de hectares, a maior área protegida do planeta.

A Amanã nasce gerenciada sob uma nova categoria legal no Brasil, a de Reserva de Desenvolvimento Sustentável, que permite a permanência da população na reserva e incentiva a participação local da comunidade. Levantamentos preliminares realizados por pesquisadores do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) indicam a presença de várias espécies como o uacari-preto, o jacaré-açu, o jacaretinga, o peixe-boi, os botos, a onça pintada, o gavião real e o pirarucú. ■

(T. P.)

Novos eixos de integração

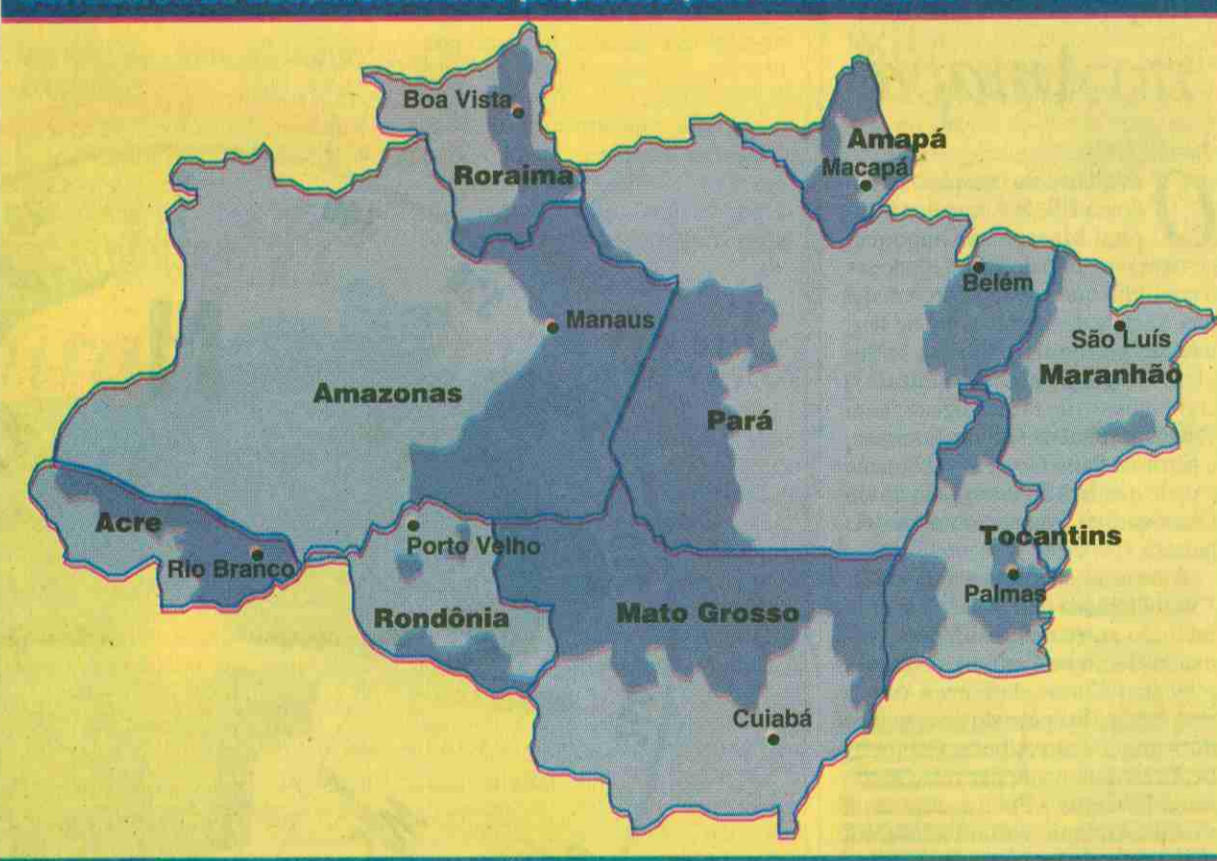
O governo brasileiro incluiu no documento Agenda 21, apresentado na Sessão Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York, em março passado, várias iniciativas de infra-estrutura que terão impacto direto sobre a região amazônica. Uma delas, os corredores de desenvolvimento do "Brasil em Ação", começam a tomar forma e correspondem à construção de eixos de transporte que viabilizarão a integração da Amazônia ao resto do País e aos mercados mundiais.

A tendência de formar corredores de transporte e de infra-estrutura, nos quais se concentrarão os investimentos públicos e privados, chega em boa hora à Amazônia. Com a entrada do Chile no Mercosul, em junho de 1996, e a formalização de um acordo prévio com a Bolívia, bem como o anúncio do pleito da Venezuela por sua inclusão, a Amazônia ganha um novo papel na integração continental. Os eixos que se articulam no sistema hidroviário do Amazonas-Solimões e seus afluentes navegáveis em diferentes pontos se traduzem, na verdade, num macro-zoneamento da Amazônia. As obras, se, como previsto, forem concluídas no prazo de três a cinco anos, representarão um desembolso do governo de R\$ 2,5 bilhões para a região, a maior parte relacionada com a abertura da exploração de gás de Urucu, no Amazonas.

Do pacote de 42 projetos do projeto "Brasil em Ação", 26 estão concentrados em infra-estrutura e 16 na área social. Dos projetos de infra-estrutura, os mais importantes são os voltados à produção de distribuição de energia e aos eixos de integração e desenvolvimento. Os projetos, segundo prevê o governo, deverão afetar, direta ou indiretamente, as principais zonas de urbanização e produção da Amazônia, permitindo a elas novas fontes de energia e novos acessos ao transporte marítimo de média e longa distância.

As obras anunciadas pelo governo para a Amazônia sustentam-se nas diretrizes da Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal (PNIA), aprovada em 14 de julho de 1995 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo Conselho Nacional da Amazônia Legal (Conamaz). O PNIA definiu que o modelo econômico para desenvolver a Amazônia deve ser baseado na sustentabilidade dos seus recursos naturais, dentro da

Corredores de desenvolvimento propostos pelo Ministério do Meio Ambiente



Fonte: Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal

concepção de que a floresta tropical amazônica não deve ser mantida como "tesouro ecológico", mas como uma área que pode ser preservada e simultaneamente utilizada comercialmente.

A proposta do PNIA é reorientar o crescimento econômico da Amazônia através da sua integração aos mercados nacional e mundial com a consequente melhoria da qualidade de vida dos cerca de 20 milhões de brasileiros que vivem na região. Na prática, o governo quer que a Amazônia cresça além dos projetos tradicionais, como o Carajás, a Região Belém-Barcarena e a Zona Franca de Manaus:

1) Exploração e Distribuição de Gás Natural em Urucu: O investimento total do projeto é de R\$ 1,63 milhão para uma produção de 4 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural. O gás, a ser extraído na bacia do Rio Juruá (AM), beneficiará tanto o pólo industrial de Manaus como os estados de Rondônia e Acre, por via fluvial.
2) Linhas de Transmissão em Tucuruí (PA): Envolve investimentos de R\$ 236 milhões para a instalação de 662 quilômetros de linhas de transmissão de energia elétrica ao longo da rodovia Transamazô-

nica até a cidade de Itaituba (PA).
3) Pavimentação da Rodovia BR-174 (Manaus-Caracas): Com um investimento de R\$ 167 milhões, o governo vai asfaltar 624 quilômetros da atual rodovia não pavimentada entre Manaus (AM) e Boa Vista (RR). A obra vai tornar possível o tráfego regular entre Manaus (AM) e Caracas (Venezuela). Inclui a ligação rodoviária entre Boa Vista e Georgetown, em construção no trecho guianense. Passando por este eixo rodoviário, planeja-se a construção de linha de transmissão de energia elétrica da usina de Guri, na Venezuela, até Manaus. Por ele também seria transportado petróleo venezuelano para o Brasil. A rodovia ainda permitirá o acesso aos mercados do Caribe para os produtos eletrônicos produzidos no Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus.
4) Recuperação da BR-364/163: As duas rodovias ligam Cuiabá (MT) a Rio Branco (AC). A partir dela, planeja-se o acesso ao Pacífico. O Acre pode se interligar à malha rodoviária andina em vários pontos a partir de Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Guajará-Mirim e Cáceres, através da Bolívia ou do Pará, sendo ainda necessária a construção dos trechos de interligação.
5) Hidrovia Araguaia-Tocantins,

Ferrovias Norte-Sul e Rodovia Carajás: O macro-corredor de circulação intermodal envolve investimentos no total de R\$ 444,5 milhões e é o mais importante vetor de integração regional para a Amazônia Oriental. Compreende conexões entre as empresas de mineração, de metalurgia e agroindústria com facilidades portuárias, e inclui pelo menos quatro centros urbanos de médio porte. Deverá intensificar a integração das hidroviárias com ferrovias e rodovias interligando as zonas produtoras do sul do Brasil e do exterior.

6) Hidrovia da Madeira: R\$ 24 milhões estão destinados para viabilizar a navegação nos 1.056 quilômetros do rio Madeira e permitir o escoamento de grãos de Rondônia e Mato Grosso para o Amazonas e, daí, para o Atlântico. O governo, através do BNDES, financiará as chatas que levarão os grãos até o porto de Itacoatiara (AM), onde o governo do Amazonas, em parceria com a iniciativa privada, acaba de instalar um terminal graneleiro. A estimativa é transportar mais de 1 milhão de toneladas de soja por ano da região centro-oeste do Brasil para o exterior, através das hidroviárias integradas Amazonas-Madeira. ■

(T.P.)

Madeireiros contra as ONGs

Raimundo José Pinto de Belém

Os empresários do setor madeireiro da Amazônia responsabilizam as organizações não-governamentais (ONGs) pela péssima reputação que têm. Reunidos no início de novembro, em Belém, no III Congresso Internacional de Compensado e Madeira Tropical, divulgaram documento especial criticando decisões tomadas em fóruns internacionais e que, segundo eles, representam "verdadeira ameaça à soberania dos países sobre suas florestas tropicais".

Esses empresários esperam que sejam desenvolvidos mecanismos internos de consulta, com especial participação do setor privado.

O documento critica a invasão de áreas particulares com reservas florestais. Para os madeireiros, é condição indispensável a qualquer tipo de programa florestal "garantir o acesso ao recurso através do respeito ao direito de propriedade de florestas privadas e também da disponibilização de florestas públicas, de forma a tornar permanente e sustentável a atividade florestal". A declaração reflete a preocupação dos empresários com um possível incremento de invasões de trabalhadores sem-terra em áreas particulares.

A polêmica relação da atividade madeireira com o meio ambiente também foi abordada no docu-

mento: "A atividade de produção florestal deve estar inserida dentro de uma política e estrutura institucional apropriadas, desvinculadas daquelas relacionadas à questão ambiental, voltadas exclusivamente ao seu desenvolvimento sustentável, de forma a facilitar investimentos para apropriação dos recursos florestais existentes, inclusive a manutenção e ampliação da base florestal, em benefício das populações".

Os empresários reconhecem que as florestas tropicais são importantes para o equilíbrio ambiental e têm grande potencial para o desenvolvimento econômico e social, especialmente dos países e regiões menos desenvolvidos.

O Brasil contribuiu hoje com 5% da receita florestal mundial mas tem potencial para chegar a mais de 10%, de acordo com participantes do congresso. O setor emprega 1,5% das pessoas ocupadas no País — quase 1 milhão em 1996.

Com crescimento de alguns de seus segmentos acima da média nacional, o setor madeireiro é apontado como grande gerador de impostos, tendo recolhido no ano passado cerca de R\$ 1 bilhão no segmento de papel e celulose, R\$ 950 milhões no de madeira processada e R\$ 548 milhões no de carvão vegetal. O PIB do setor florestal brasileiro no ano passado foi de R\$ 24,4 bilhões. ■



Foto: Alberto César Araújo

Programa amplia as demarcações

Em apenas seis meses, o componente indígena do PPG7, o Programa Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), já cumpriu metade de sua meta, gastando menos de um quinto dos recursos disponíveis. No início da empreitada, seus coordenadores estimaram que os US\$ 24,3 milhões disponíveis até o ano 2000 dariam apenas para demarcar 58 áreas indígenas da Amazônia Legal e identificar outras 42. Entretanto, quando, há duas semanas, o presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou a homologação por atacado de 22 áreas indígenas na Amazônia (sendo 17 no âmbito do PPTAL), eles concluíram que era o momento de ampliar suas ambições.

“Hoje acreditamos que poderemos regularizar 80 áreas”, calcula o antropólogo Arthur Mendes, funcionário da Funai e secretário-técnico do PPTAL. Apesar de tal progresso, a Funai está trabalhando para conseguir recursos adicionais, já que o número de terras na Amazônia com algum tipo de pendência legal se eleva a 207.

Dada a abundância de demandas, o PPTAL selecionou áreas especialmente vulneráveis, próximas a núcleos urbanos ou estradas, expostas a epidemias trazidas pelo fluxo migratório. Hoje, as áreas em processo de regularização fundiária ou legal, no âmbito do PPTAL ocupam 20,5 milhões de hectares, superfície semelhante à de Roraima.

A homologação por decreto presidencial é o principal ato de reconhecimento de uma área indígena. Com ela, a terra passa para o patrimônio da União e pode ser registrada. “Ela é uma garantia de que, em caso de invasão, a reação da Justiça será mais ágil”, explica Mendes. “Os índios se sentem mais seguros e a população respeita bem mais”.

(R.S.)

Regina Scharf
de Brasília

Durante décadas, as 20 famílias de Josinópolis, uma comunidade a 300 quilômetros de Marabá (PA), derrubaram todo o mogno que encontraram. Os agricultores sabiam que conseguiriam só R\$ 15 por tora, mas o esforço compensava. Com ela, atraíam madeireiros, que abriam novas estradas, melhorando a precária infra-estrutura local.

O problema é que, desde o ano passado, o mogno desapareceu da região e as espécies que ainda existem por lá - jatobá, ipê, melancieiro - não encontram mercado que compense o frete.

Configurada a crise, os agricultores de Josinópolis concluíram o evidente: modos de ocupação predatórios e incompatíveis com as características locais estão fadados ao fracasso. O próprio governo federal levou décadas para chegar a essa conclusão e hoje luta para mudar sua política de incentivos.

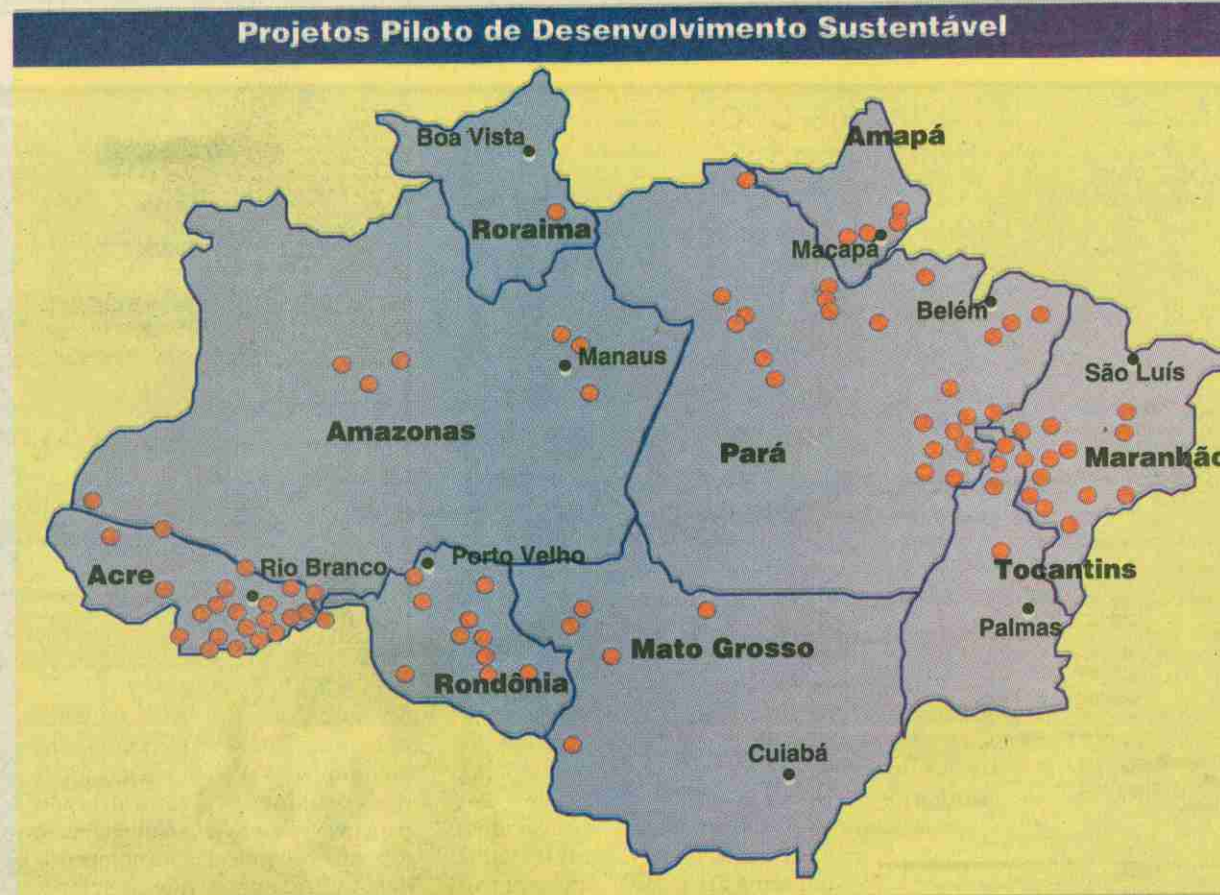
No caso de Josinópolis, a comunidade resolveu estabelecer um plano de manejo rígido, que liberasse a exploração das terras de apenas uma família por ano. Graças a um contrato de US\$ 200 mil com o Programa Demonstrativo (PD/A), um dos componentes mais bem sucedidos do PPG7, o grupo realizou o inventário de seu patrimônio florestal e estabeleceu uma pequena serraria, para produzir tábuas. Todos trabalham juntos e os lucros são compartilhados. No ano que vem, as mulheres começarão a produzir móveis e brinquedos que valorizarão ainda mais a matéria-prima.

Tais esforços conseguiram multiplicar por 12 o valor comercial das toras abatidas, descontados os custos e a depreciação do equipamento. De quebra, a comunidade guarda as sobras, que antes ficavam com a madeireira, e as entrega na produção de carvão e na construção de cercas.

Apesar da retirada ínfima para os padrões regionais - 6 metros cúbicos anuais - os líderes do grupo têm sofrido ameaças de morte de jagun-

Lições de êxito no PD/A

Pelo menos dez mil pessoas vivem hoje no “universo de inovação” criado pelo programa do PPG7



Fonte: Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal

ços a mando das grandes madeireiras. “Eles ficam assustados porque propomos um modelo que não é o deles”, suspeita Marcia Muchagata, presidente do Graal, entidade ligada ao Centro Agropecuário da Universidade Federal do Pará. Ela presta assessoria técnica aos agricultores de Josinópolis e de outras duas comunidades da região.

Pelo menos outras 10 mil pessoas, sendo 8 mil na Amazônia, vivem hoje no universo de inovação criado pelo PD/A. “Talvez esses projetos não tenham força suficiente para transformar a região, mas não se pode negar seu efeito multiplicador local”, avalia Rinaldo Mancin, secretário-técnico do PD/A. Nos casos de maior sucesso. “Para cada R\$ 50 que colocamos neles, serão gerados outros R\$ 200”.

Dos 93 projetos patrocinados pelo programa, alguns são tão bem su-

cedidos que já fazem escola. O melhor exemplo disso é o Projeto Reça, tocado por 274 famílias de Nova Califórnia (AC). Elas já estão colhendo algumas centenas de toneladas de pupunha e cupuaçu, plantados de forma consorciada, dividindo um mesmo espaço. A sede do projeto dispõe até de um alojamento para os agricultores de outras regiões, que vem ao Acre para aprender os segredos desse modelo.

Um de seus descendentes diretos é o projeto da Associação Juinense Organizada para Ajuda Mútua (Ajojam), formada por migrantes sulistas instalados na divisa do Mato Grosso com Rondônia, perto da futura hidrovia do rio Madeira. “Estávamos acostumados às culturas de arroz, milho, feijão, mas acabamos entendendo que aqui elas não compensavam”, conta João Baptista Al-

ves Neto, presidente da entidade, que congrega 200 famílias. Eles perceberam que, se caísse o preço do café, o único produto com boa demanda, estariam em maus lençóis.

“Resolvemos diversificar, plantando guaraná, pupunha, castanha e urucum”, conta o agricultor. Cada família trabalha em sua própria gleba, com quatro culturas diferentes, alternando plantas mais altas, como castanheiras ou seringueiras, com outras mais baixas, como guaraná e café. Entre elas, crescem palmeiras de pupunha. O plantio é feito em andares, imitando as nuances naturais da vegetação.

“Nossa única diferença em relação ao Projeto Reça é que aqui não compensa plantar cupuaçu, porque o seu transporte exigiria uma câmara fria”, diz o Alves Neto. Em cada alqueire, também foram espalhados 40 pés de

árvores nativas. Com isso, o solo ficou protegido dos excessos de chuva, que durante décadas carregaram todos os nutrientes da terra descoberta.

O grupo já construiu 26 viveiros comunitários e agora planeja comprar em conjunto máquina para beneficiar o café. Eles também pretendem fabricar farinha de pupunha, palmito em conserva e guaraná em pó ou bastão.

Nos mesmos moldes, o projeto Frutos do Cerrado envolve 11 micro-cooperativas do Maranhão, formadas por índios Timbira e caboclos. A diferença é que foram escolhidas espécies mais adequadas para o cerrado, como caju, bacaba e murici.

“O Frutas do Cerrado tem potencial para transformar a região num raio de 500 quilômetros, substituindo a tradicional política de derrubar-plantar grãos-exportar”, avalia Rinaldo Mancin, do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Apesar de pequenos problemas, como a falta de prática comercial dos envolvidos e um índice ainda alto de perdas entre a plantação e a fábrica de doces, instalada em Imperatriz (MA), ele deverá começar a dar lucros no curto prazo. A meta do PD/A é que os projetos comecem a dar lucro aos quatro anos.

Para vencer as deficiências de captação e infra-estrutura, o MMA tem promovido cada vez mais oficinas de administração e formação de lideranças. “A maioria desses projetos é promissora e poderá juntar com sucesso geração de renda e uso sustentável dos recursos naturais”, diz Mancin. Pelos cálculos do ministério, estes cursos já aumentaram o número de projetos com condições técnicas de serem aprovados de 11% para 30%.

“Em geral, os projetos planejados pela burocracia internacional impõem mil obstáculos aos executores, porque ignoram as condições locais. Nesse contexto o PD/A é uma linha de crédito muito interessante porque entende as comunidades como atores”, comenta Thomas Mitschein, um sociólogo alemão que vive há 16 anos na região. Mitschein é coordenador-geral do Poema, um programa especial da Universidade Federal do Pará que assessora dois projetos do PD/A.

AMAZÔNIA 21



Foto: Alberto Araujo

Saldo do PPG7 é positivo

Países ricos elevam a US\$ 273 milhões o valor comprometido com o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais, total que inclui a contrapartida brasileira de US\$ 31 milhões. A Alemanha, sozinha, arca com 46% do repasse

Regina Scharf
de São Paulo

A primeira fase do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7) - um ambicioso plano de doações dos países ricos para projetos de conservação e desenvolvimento sustentável no Brasil - acaba de ser concluída. No fim de outubro, os representantes dos doadores se reuniram em Manaus com os gestores do programa, o Banco Mundial e o governo federal, para avaliar quase duas centenas de projetos implantados na Amazônia (a grande maioria) e na Mata Atlântica. Diante dos resultados, eles elevaram a US\$ 273 milhões o valor comprometido, o que inclui a contrapartida brasileira de US\$ 31 milhões. A Alemanha, sozinha, arca com 46% do repasse.

Apesar de ter sido concebido em 1990 e apadrinhado pelo chanceler alemão, Helmut Kohl, o PPG7 só deslançou de fato em 1995. No

início, setores do governo brasileiro e até algumas organizações não-governamentais da região rejeitaram a proposta, suspeitando de sua seriedade ou temendo uma possível ingerência estrangeira sobre a política nacional. Por outro lado, surgiu um movimento - bem sucedido - que reivindicava que parte dos recursos fossem empregados em projetos na Mata Atlântica.

"Acabou prevalecendo a visão defendida pelo Itamaraty, de que, bem aplicados, os recursos do PPG7 permitiriam à Amazônia provar que tem condições de encontrar suas próprias soluções", lembra Eduardo Martins, presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que participou de perto dessas negociações.

Na época da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, quando o montante a ser concedido ainda era uma incógnita, o Bra-

sil reivindicou uma cifra da ordem de US\$ 1,6 bilhão, mas acabou garantindo apenas US\$ 250 milhões para uma primeira fase e a possibilidade de aumentar o bolo se comprovasse um bom desempenho.

Desse total, US\$ 50 milhões vieram do Rainforest Trust Fund, um fundo multilateral formado por diversos doadores (Itália, Alemanha, Holanda, Inglaterra, União Europeia, Japão, Canadá e Estados Unidos) e administrado pelo Banco Mundial. O restante viria de acordos bilaterais e multilaterais.

Esses recursos estão sendo empregados na conservação da biodiversidade, na redução das emissões de carbono presentes na atmosfera e na promoção de atividades ambiental e economicamente sustentáveis.

Dentro desse espírito, o PPG7 foi dividido em quatro subprogramas. O primeiro é encarregado da elaboração de políticas de recursos naturais; o segundo, da criação e manutenção de unidades de conservação

e de manejo dos recursos naturais. O terceiro se incumbiu de fomentar a pesquisa científica e tecnológica. O quarto é formado pelos Projetos Demonstrativos (PD/A), que visam mobilizar organizações não-governamentais e comunidades para que se tornem auto-sustentáveis graças a tecnologias de baixo impacto.

Hoje, há 184 projetos já contratados no âmbito do PPG7, 27 em fase de contratação, e 61 em fase de negociação. Aos que duvidam que esses projetos pontuais possam revolucionar a forma de ocupação atual da Amazônia, o presidente do Ibama admite que a construção de uma alternativa econômica para a região é muito difícil, mas reafirma sua fé no novo modelo. "Tenho certeza de que, no mínimo, esses projetos retardam o processo de devastação em curso e evitam que as populações que vivem na floresta migrem para as periferias das cidades, onde passam fome", conclui Eduardo Martins.

Elaboração de uma agenda única

No próximo domingo, 23 de novembro, o vice-presidente, Marco Maciel, abrirá uma conferência internacional de quatro dias, no Itamaraty, que pretende propor a elaboração de uma agenda única para o desenvolvimento sustentável de toda a região amazônica, capaz de ampliar o poder de negociação dos países da região.

"Talvez, no futuro, possamos até conseguir que se crie um PPG7 para a Grande Amazônia e não apenas para a Amazônia brasileira", afirma Aldenir Paraguassú, diretor do Departamento de Articulação com Órgãos Federais e Assuntos Internacionais da Secretaria de Coordenação da Amazônia. "Não faz sentido varrer a casa mas esquecer os quartos".

Batizado de Amazônia 21, o encontro contará com a presença de cientistas, diplomatas e representantes dos governos integrantes do Tratado de Cooperação Amazônica.

Também participarão representantes de agentes financeiros, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A Agenda 21 é um documento idealizado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92). Trata-se de uma espécie de roteiro a ser seguido pelos governos locais, regionais e nacionais na implantação de políticas de desenvolvimento sustentável. Hoje, a Bolívia é o único país da América do Sul a ter uma Agenda 21 nacional. O Brasil realizou um esboço preliminar do que seria uma Agenda 21 para a Amazônia, documento lançado em abril deste ano.

Durante o evento, também deverá ser discutida a instalação, em caráter definitivo, da Secretaria do Tratado em Brasília, decisão já tomada pelos países signatários mas ainda não concretizada.

(R.S.)

Balanço dos programas

O PPG7 é constituído hoje por quatro subprogramas: Política de Recursos Naturais (SPRN), Unidades de Conservação e Manejo de Recursos Naturais, Ciência e Tecnologia (CT) e Projetos Demonstrativos (PD/A).

Os três primeiros, considerados estruturais, são voltados à implementação da política ambiental brasileira e à consolidação das instituições de meio ambiente, de ciência e tecnologia na região, bem como a ampliação dos conhecimentos sobre os ecossistemas e o uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia.

Os Projetos Demonstrativos, que mais deslançaram e avançaram nos últimos dois anos, foram criados para dar lugar a experiências inovadoras envolvendo as comunidades, as organizações não-governamentais e os organismos públicos locais. A intenção do PD/A é fazer emergir experiências práticas para a difusão de modelos de desenvolvimento sustentável que tenham o potencial de replicabilidade.

Eis a situação atual de cada subprograma do PPG7:

SPRN: O subprograma, de US\$ 83 milhões, tem apresentado um

mediano desempenho no contexto do PPG7. O modelo visa alcançar uma gestão ambiental integrada e participativa entre os governos federal, estadual e municipais e a comunidade dentro do programa piloto. Os governadores dos estados amazônicos afirmam que, apesar dos esforços, a centralização de idéias e decisões ainda é forte, tanto por parte do Banco Mundial e quanto do Ministério do Meio Ambiente. Os Projetos de Gestão Ambiental Integrada (PGAIs), que envolvem zoneamento ecológico-econômico, monitoramento e controle ambiental, ainda estão em fase de elaboração sem data definida de execução. Na soma total dos recursos liberados para o PPG7, o SPRN só executou 3,35% das tarefas a que se propõe.

Manejo dos Recursos Naturais Renováveis: É um dos maiores subprogramas do PPG7, estimado em US\$ 152,5 milhões. Engloba seis projetos básicos: 1) Reservas Extrativistas (Resex); 2) Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL); 3) Apoio ao manejo Florestal na Amazônia (Promanejo); 4) Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (Pro-

várzea); 5) Parques e Reservas (Pq & Rv); e 6) Monitoramento e Controle de Desmatamento e Queimadas na Amazônia (Prodesque). Destes projetos, apenas dois estão em execução - o Resex, orçado em US\$ 9,5 milhões, e o PPTAL, com custo estimado em US\$ 22 milhões.

Ciência e Tecnologia: Este subprograma é voltado para a elevação da capacidade de pesquisa científica e tecnológica para viabilizar a sustentabilidade econômica, ambiental e social da Amazônia. É composto por dois projetos: Centros de Ciência (CC) e Pesquisa Dirigida (PPD). O CD trabalha na consolidação do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) como centros de excelência científica. Um total de US\$ 15 milhões já foram utilizados no projeto e o governo brasileiro tenta a liberação adicional de mais US\$ 15 milhões. O PPD vem apoiando 23 projetos em instituições de pesquisa do Brasil, concentradas em estudos dos ecossistemas amazônicos e melhoria da qualidade de vida na região. Um total de US\$ 6 milhões já foi liberados e es-

Recursos disponíveis para o PPG7			
(Em US\$ milhões)			
Projeto	Volume doado	Contrapartida brasileira	Total
Em execução			
Centros de ciência e pesquisa dirigida	12,70	2,98	15,68
PD/A	30,05	3,00	33,05
Resex	8,55	0,90	9,45
Política de recursos naturais	72,03	11,40	83,43
PPTAL	20,51	2,20	22,71
Em vias de execução			
Promanejo	17,44	1,40	18,84
Educação ambiental	7,80	0,80	8,60
Novos projetos			
Análise, monitoramento e avaliação	2,00	0,20	2,20
Manejo de várzeas	6,54	0,70	7,24
Prodesque	2,00	0,90	2,90
Projeto Parques e Reservas	42,15	7,00	49,15
Não alocados	11,34	-	11,34
Total	241,68	31,48	273,16

Fonte: Ministério do Meio Ambiente

tão previstos recursos adicionais de US\$ 20 milhões para novos editais.

PD/A: O subprograma é o mais bem-sucedido dentro do PPG7. Recebeu, até meados de setembro de 1997, 507 propostas de subprojetos, totalizando pleitos aproximados de US\$ 81,6 milhões, sendo 367 da Amazônia Legal (US\$ 56,8 milhões) e 140 da Mata Atlântica (US\$ 24,7 milhões). Atualmente, 97 proje-

tos estão aprovados, dos quais 79 na Amazônia e 18 na Mata Atlântica, que totalizam US\$ 13,5 milhões de recursos liberados pelos doadores internacionais mais US\$ 6,8 milhões da contrapartida brasileira. A distribuição geográfica dos projetos indica, na Amazônia, uma certa concentração nos estados do Acre, Maranhão e Pará os quais obtiveram a aprovação de 49 subprojetos, equiva-

lente a 50,5% do que foi aprovado para a região. Por tipo de instituição, as ONGs têm o maior número de projetos em execução, 35 ao todo, seguidas pelas associações de produtores com 25 projetos. Em relação às áreas temáticas, a maioria dos projetos está voltada para o beneficiamento, processamento e comercialização da produção agroflorestal.

(T.P.)